

O PASSADO ARQUEOLÓGICO DE CARLÃO - ALIJÓ

Carlos A. Brochado de Almeida

REFLEXÃO

*Sim, olhar a paisagem...
Olhá-la como um bicho
Ou como um lago.
Olhá-la neste vago
Sentimento
De pasmo e transparência.
Olhá-la na decência
Original,
Com olhos de inocência
E de cristal.*

Miguel Torga, *Diário XI*

Subir à capelinha de Nossa Senhora da Cunha, situada no cimo de um cone granítico de 818 m que se destaca no amplo planalto da serra da Borneira, é abarcar um dos mais belos panoramas com que a natureza dotou esta parcela do Alto Douro. Para Sul, o olhar do visitante voará bem para lá das margens do Douro; a Poente fixar-se-á em Alijó, sede do concelho, anichada no sopé do planalto de Vilarelho; a Norte e Nascente, vislumbrará terras de Vila Pouca de Aguiar, Murça e mesmo de Mirandela. A seus pés, se voltado para Norte, num vale bem encaixado, entre agrestes serranias de vertentes graníticas, está a sede da freguesia de Carlão (Fig. 1).

Em termos morfológicos é um alvéolo bem definido pelas serranias envolventes. À sua volta proliferam pequenos planaltos separados entre si por vales de maior ou menor expressão. Em termos hidrúcos é sulcado por linhas de água, de desigual importância e extensão, que vão desaguar ao Tua e ao Tinhela, limites orientais de uma área administrativa que compreende a povoação de Carlão, Franzilhal e Casas da Serra.

De todos, o vale de Carlão é o mais extenso, o mais fértil, o mais permissivo às influências exteriores e por isso mesmo, aquele que melhores condições de fixação ofereceu através dos séculos.

Está a Sul, delimitado pelo conjunto da Borneira-Estante, a Norte pela serra que confina com S.ta Eugénia, a Poente pelo alto das Regaleiras, sítio onde, numa pequena rechã voltada para o alvéolo, se encontra o minúsculo povoado de Casas da Serra e ganha vida um dos principais braços do ribeiro de Carlão.

Em traços gerais trata-se de um alvéolo que está orientado no sentido NW-SE, a mesma direcção que toma a principal linha de água que dá corpo ao ribeiro de Carlão. Se o examinarmos com certa atenção veremos que, por alturas de Moita do Muro, se apresenta fortemente espartilhado pelas vertentes declivosas da serra Borneira-Estante e do monte que o separa de S.ta Eugénia, a pontos de a sua área se confinar praticamente às margens do ribeiro. Todavia, à medida que avançamos na direcção do Vale da Barca e para o sítio onde hoje se ergue a povoação de Carlão, ele alarga, humaniza-se, para voltar a um progressivo estrangulamento após ultrapassar os terrenos agrícolas situados na zona de Verdial.

Para lá da povoação de Carlão, o alvéolo fecha-se ao esbarrar com dois pequenos planaltos: o da Carreira-Seara, com 552m — mais ciclópico e bravo e por isso mesmo norteado para as espécies florestais — e a Serrinha, com 627m, menos granítico e mais virado para os olivais, as amendoeiras e, em especial, para os vinhedos dispostos em socalcos. Estes, largos ou apertados, consoante a suavidade ou a

agressividade das encostas, permitem vertentes de pendor ameno ou íngremes como a volta a Sul e Sudoeste isto é, para o leito do ribeiro de Carlão. Este, até se misturar com as águas do ribeiro do Souto, que desce aceleradamente a vertente setentrional da Borneira dando origem ao ribeiro da Rebouça, é um curso de águas rumorejantes, fundamente encaixado de margens com exíguo espaço para a actividade agrícola.

Para Nascente, até às margens dos rios Tua e Tinhela, sucedem-se os cabeços de maior ou menor volumetria — Janianes (641m), Alto do Canal (330 m), Alto da Figueirinha (312m) e Alto do Coro de Carlão (436m) — separados entre si por vales de pequena dimensão orientados no sentido das linhas de água. Estão neste caso os regatos do Muro e Figueiredo e os ribeiros do Canal, Seara e Carvalhal (Fig. 1).

Vai ser precisamente no ponto onde o ribeiro de Carlão tem o seu meandrar mais vincado que, no decurso da Idade do Ferro, os homens ergueram uma povoação, génese da actual, encaixada entre a imponência majestática das penedias que enformam o Castelo e o Alto da Azinheira e a ponte do Porto, local onde o ribeiro oferecia fácil transposição.

A actual povoação é uma aldeia bem típica das zonas serranas (Est. 1.1). O habitat é concentrado e as casas, em grande parte, construídas em granito escurecido pelo tempo. As paredes exteriores, apesar de estruturalmente simples, têm as faces razoavelmente aparelhadas. O mesmo se não poderá dizer dos currais e outros anexos cujas paredes são em pedra mal faceada e a cobertura onde, em tempos não muito recuados, só entrava o colmo.

No centro da aldeia está a igreja paroquial — um templo dedicado a Santa Águeda — reconstruída nos finais do século passado, em traça bem simples. No cemitério paroquial, encravado entre o Castelo e o Alto da Azinheira, está a pequena capela de planta simples mas cuja arquitectura apresenta características dos finais da Idade Média.

Resquícios de um certo tipo de comunitarismo que tende a desaparecer, são as eiras talhadas nas penedias disseminadas pelo interior e adjacências da aldeia, o forno e as fontes substituídos pela padaria e água domiciliária encanada, o uso dos baldios onde cada vez pastam menos animais e cuja floresta vai sendo consumida por sucessivos incêndios.

É na rechã planáltica, debruçada sobre o rio Tua e defendida a poente pelo alto de Janianes, que se encontra a aldeia de Franzilhal (Fig. 1).

Estruturalmente semelhante à sede da freguesia, com uma capela dedicada a S. Gens, é contudo, de dimensões bem mais modestas. Na sua área de influência nascem o ribeiro do Canal e o regato do Figueiredo. A Poente de Janianes é a vez do regato do Muro que, através das vertentes socialqueadas da Meducha, vai engrossar as águas do ribeiro da Rebouça.

A Noroeste da aldeia e à margem da estrada que faz a ligação com Carlão, estão os socalcos de Nabais, atravessados por uma rede de pequenas linhas de água que se vão juntar, já bem perto do Tua, ao ribeiro do Canal. Entre Nabais, a Serrinha e o alto de Janianes, fica o Cubo, um vale, pouco pronunciado e orientado no sentido NE-SW, ocupado por vinhedos e arvoredo pouco denso onde se destacam as oliveiras e as amendoeiras.

Menos uniforme e mais acidentada, apesar da maciez emprestada pelos socalcos, são as vertentes orientais e meridionais da aldeia de Franzilhal. Igual situação existe para Norte. Aqui o ondulado é mais vincado e os altos — do Canal, da Figueira e do Coro de Carlão — sucedem-se, separados entre si por linhas de água, de maior ou menor expressão, que vão desaguar no Tua ou no Tinhela.

Em termos geológicos o território de Carlão não é, de maneira alguma, uniforme. A sua área alveolar e serranias envolventes é de formação granítica. Este, aflorando timidamente entre giestas ou mostrando-se impante na sua volumetria enegrecida pelo passar dos séculos, abunda no alto e nas encostas das serras envolventes e ponteia, amiúdes vezes, os campos agrícolas, quando não se posiciona mesmo no interior e área envolvente das aldeias. Bastará indicar a enorme mole granítica que é o Castelo de Carlão e o seu gémeo Alto da Azinheira, separados entre si por um estreito vale onde foi construída a medieval capelinha sob a invocação de N.^a S.^a dos Remédios e séculos mais tarde o cemitério paroquial.

A área abrangida pelo granito estende-se para Nascente da sede da freguesia atingue a Serrinha e ultrapassando a dupla Carreira-Serra, chega à vizinhança do alto do Canal e alto da Figueirinha. No restante

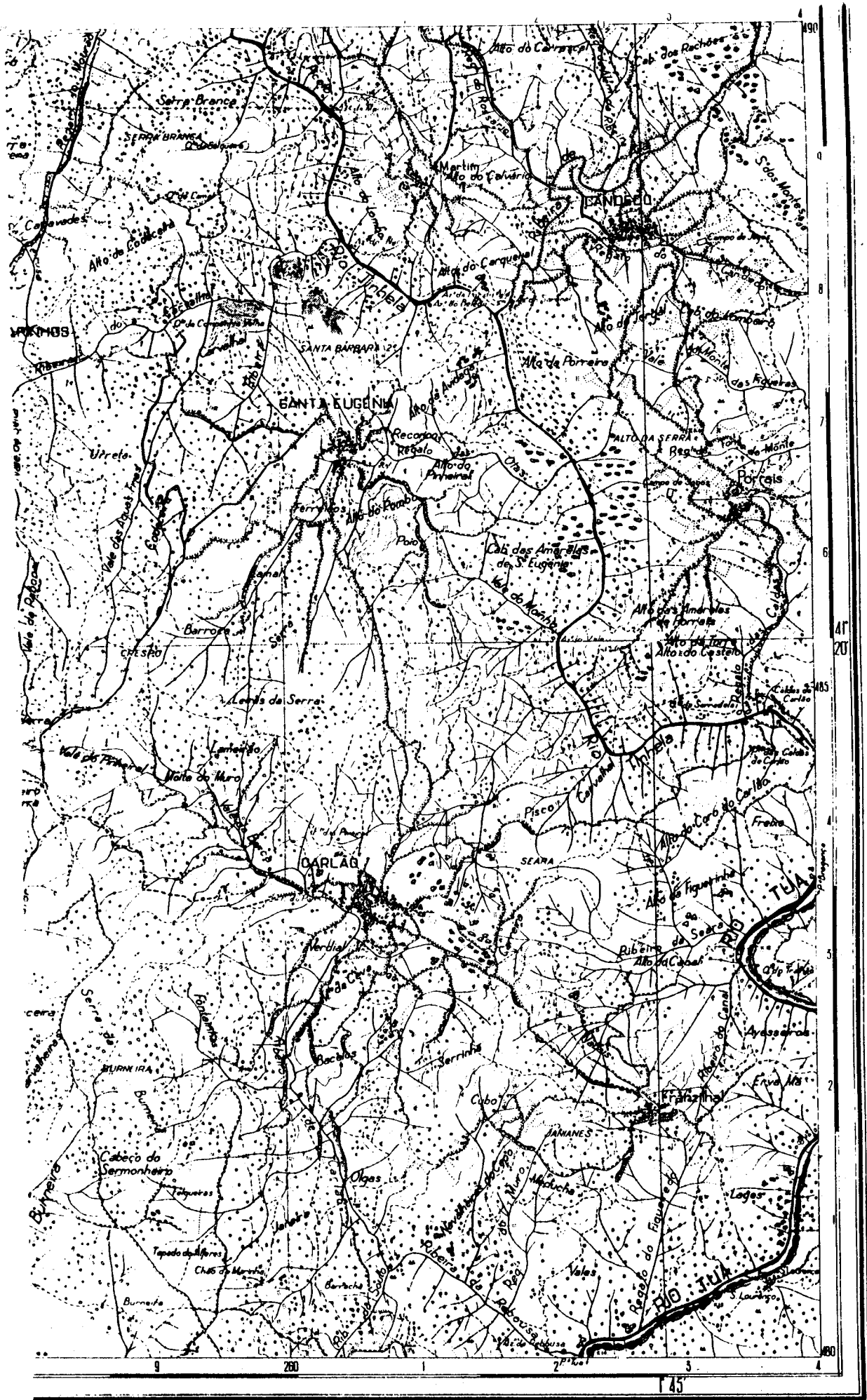


Fig. 1

Desenhada pelo Sr. S. S. S. S.

território, o domínio vai para os xistos pré-câmbricos onde predominam os xistos luzentes e argilosos, por vezes intercalados de quartzitos que constituem a base geológica dos terrenos situados na vertente da Serrinha-Janianes voltada para os ribeiros de Carlão-Rebousa e dos socalcos, que a partir de Franzilhal, descem até às águas do Tua. Da mesma família são, igualmente, os terrenos que a Nascente e Nordeste do alto da Seara se debruçam sobre a ponte que atravessa o Tinhela. Aqui brota uma excelente água mineral usada na cura de artrites e reumatismos (1) e cuja exploração, noutras eras, deu ser e garantida fama às Caldas de Carlão.

Esta é verdadeiramente a terra do vinho, que os naturais chamam de "generoso" e o mundo bebe sob a mais que conhecida denominação de "Vinho do Porto". Para isso contribuem factores diversos que se casam com as características geológicas do terreno. Em linhas gerais podem-se apontar como mais marcantes, o clima quente e seco, a protecção dos ventos dominantes, a boa exposição solar e a sábia escolha das castas.

É neste solo, preparado em socalcos - largos ou apertados consoante o permite a curvatura e o inclinado do terreno - que há séculos brotam os vinhedos. Os de lavra recente são o reflexo das actuais potencialidades da vinicultura duriense e em especial, do seu "vinho fino". Outros, bem mais antigos, cumprem avara ou prodigamente, consoante as condições climáticas e de tratamento, o seu papel secular ou recordam, através dos "mortórios", o dizimar das vinhas pela filoxera (*Phylloxera Vastratis*) na segunda metade do século dezanove (2).

Mas a produção do vinho não se restringe à parte oriental da freguesia. Ele está bem patente na área alveolar de Carlão. Só que, pelo simples facto de se tratar de uma bacia com sedimentações de origem granítica, o vinho ali produzido, embora de garantida qualidade e com características organolépticas bem específicas, não pode receber o "benefício" (3) tal como os seus congéneres produzidos na área demarcada do "Vinho do Porto". Mas tal facto não invalida que o vinho seja um dos suportes económicos da região e que os vinhedos ocupem uma substancial parte das propriedades situadas entre a meia-encosta e o vale. Aliás a sua presença está sobejamente marcada através de topónimos como Bacelos, localizado na vertente noroeste da Serrinha.

Mas se a combinação dos diversos factores são determinantes na atribuição de certas características organolépticas aos vinhos, igualmente contribuem para a excelência do azeite e para a qualidade superior dos frutos, caso da amêndoa e do figo, este último de consagrada fama nacional (4). Em resumo, poderemos afirmar sem receio de errar que, qualquer uma destas árvores, de características bem mediterrânicas, encontraram ali excelentes condições de fixação e de adaptabilidade.

Se os solos mais procurados, por razões óbvias, são aqueles onde se produz o "Vinho do Porto" não deixa de ser interessante que oliveiras, amendoeiras e figueiras apareçam um pouco por todo o aro da freguesia, embora com maior realce para a parte oriental. É nesta zona, a Nordeste da aldeia de Franzilhal, que se documenta o topónimo Alto da Figueirinha e é nas vertentes voltadas para o ribeiro de Rebousa e rios Tua e Tinhela que se notam as maiores concentrações de oliveiras (5).

(1) Baptista Lamas, *As Caldas de Carlão. Ilustração Transmontana*, 2ª edição, Porto 1928, 21.

(2) A filoxera é um insecto homóptero que provoca graves danos nas raízes das videiras da espécie *Vitis Vinifera*. Cfr. Francisco Esteves Gonçalves, *Dicionário do Vinho*, Lisboa 1986, 66. Os "mortórios", a vinha morta, surgiram no Douro a partir de 1868 quando a filoxera se abateu sobre a região. São os "mortórios", no dizer de Barreto, António, *Um Retrato do Douro*, Ed. Vista Alegre 1984, 28. "chaga antiga e permanente cicatriz do Douro, 20.000 hectares de miséria, de abandono e de desprezo".

(3) Os vinhos beneficiados são aqueles que podem levar aguardente e consequentemente transformados em vinho do Porto. Para que tal aconteça é necessário que o vinho provenha de explorações agrícolas devidamente cadastradas pela Casa do Douro. Cfr. António Barreto, op. cit.; A. Moreira da Fonseca, *As demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro, Anais do Instituto do Vinho do Porto*, 10, 11 e 12, 1949-1951; A. Moreira da Fonseca, A. Galhano, E. Serpa Pimentel, J. R. P. Rosas, *O Vinho do Porto*, Porto, 1981.

(4) Nos seus tempos áureos o figo de Carlão concorria com os do Algarve. Cfr. Leitão, Fernando Rodrigues, *Monografia do Concelho de Alijó*, Lisboa 1963, 63.

(5) A oliveira não se dá em altitudes superiores a 700m. O seu cultivo na região, embora possa ser antigo, só será verdadeiramente significativo a partir do século XVI. Por exemplo, para João de Barros, *Geographia D'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*. Porto 1919, 119, as primeiras oliveiras foram plantadas na região transmontana por volta de 1548.

Mas o sector frutícola não se esgota aqui. Macieiras e pereiras aparecem a moldurar quintais e bermas das propriedades e a sua importância, desde tempos recuados, está bem expressa no topónimo Fonte das Pereiras.

O arroteamento progressivo de encostas e vales, o aproveitamento de toda a parcela susceptível de produzir pão e vinho, modificou e muito os ecossistemas existentes. Onde havia carvalhos (Carvalho), vinhedos, freixos (Freixo) e certas plantas arbustivas como o azevinho e o abrunheiro bravo há, presentemente, vinhedos, olivais, árvores frutíferas. Mesmo os castanheiros, cujo o fruto ainda pesa nos hábitos alimentares das populações transmontanas através do caldo, pão de castanha e do fruto cozido, assado, simples ou acompanhado de carne de porco, entraram há muito em regressão por força das doenças e, em especial, devido à procura de madeira pelo sector do mobiliário.

Idêntico panorama se poderá diagnosticar para o sobreiro e a azinheira (alto da Azinheira), lidimos representantes da vegetação arbórea mediterrânica, gradualmente relegados para as encostas pedregosas e partes mais altas das serranias. O seu declínio, neste caso, tem a ver com a florestação à base de pinheiro, árvore de crescimento mais rápido e susceptível de gerar, a curto prazo, suplementos monetários com a extracção da resina. Assim, gradualmente, o pinheiro acabou por invadir áreas não aproveitadas pelo sector agrícola, os planaltos das serras envolventes e vales não produtivos como aquele que a topomínia regista como vale do Pinheiral.

Mas a actividade económica não se circunscreve somente aos olivais, vinhedos e madeiras. Ela tem um alcance mais amplo e engloba sectores como a agricultura, a pastorícia, caça e o aproveitamento das plantas arbustivas e subarbustivas.

Se atentarmos no quadro do sistema produtivo é evidente que vinho e azeite são a base económica da freguesia. Mas convirá não esquecer que hoje, embora com produções mais restritas, o trigo e o centeio (Seara e Ribeiro da Seara) ocuparam determinadas áreas das encostas menos pronunciadas e mesmo as cristas dos planaltos onde a pedraria não prejudicava em demasia e a camada humosa era suficiente. Junto da água, para os lameiros (Lameirão) foram os os linhares, a batata, o milho e os produtos hortícolas como aliás bem sugere o topónimo Nabais.

Embora se comecem a notar alguns indícios recuperadores, os rebanhos de ovinos e caprinos, que dantes percorriam encostas e planaltos, têm diminuído drasticamente nos últimos decénios.

Numa zona onde a ausência de pasto abundante condiciona a presença dos bovinos é natural que o homem se tivesse socorrido dos muars e de outros equídeos para transporte e força de trabalho. Mas ao contrário do agricultor do litoral, com grandes e viçosos prados, o transmontano é pastor de serras onde as ovelhas e as cabras encontram o meio natural condizente com a sua estrutura fisiológica.

Para a diminuição dos efectivos pastoris terão contribuído, sem dúvida, uma série de factores, entre os quais emergem a florestação dos montes e a conseqüente proibição de pastoreio durante o período de crescimento das árvores e mais recentemente, a devastação pelo fogo, de grandes extensões na Borneira e na serrania que engloba o Alto das Regaleiras e Botelhinha, esta já na encosta voltada à freguesia de Pegarinhos.

Sabemos que no concelho de Alijó, em tempos não muito remotos, a caça abundava. Coelho, lebres, perdizes, cordonizes, galinholas, pombos bravos, rolas e animais depredadores como texugos, javalis, raposas e lobos⁽⁶⁾ faziam as delícias dos caçadores e avolumavam as dores de cabeça de agricultores e pastores. Na actualidade a diminuição dos efectivos, senão mesmo a extinção de algumas das espécies é um facto, agravado pelo arder de grandes extensões de mata, pelo uso desmedido de métodos ilícitos de caça e pela diminuição do número de rebanhos.

Se o uso de meios pouco convencionais tem atingido muito duramente a raposa pelo interesse comercial que a sua pele desperta, o lobo, que tinha nos rebanhos um poderoso atractivo alimentar, com a diminuição dos efectivos teve de procurar outras paragens ou simplesmente se foi extinguindo com a “preciosa” ajuda do homem que via e vê neste animal o principal inimigo da sua fazenda.

(6) Fernando Rodrigues Leitão, op. cit., 98.

Mas no monte residem outros vectores económicos. Aí as populações ribeirinhas colhem uma parte do seu sustento e vão buscar a madeira, a resina, a lenha e o mato necessário à cama dos animais.

Apesar da degradação da floresta primitiva existem ainda em percentagens diferentes o tojo, a urze, a giesta das vassouras, o tomilho, o trovisco, a carqueja e as estevas ou xaras formadas por algumas espécies de cistos providas de flores brancas, por vezes com manchas de púrpura e que dão um aspecto bem peculiar às ravinas do Tua.

*
* *
*

É natural que o quadro geomorfológico atrás descrito convidasse à fixação humana e ao aparecimento das mais variadas manifestações artísticas. Entram neste caso as pinturas de Pala Pinta e os megalitos da serra da Borneira-Estante .

A lapa granítica da Pala Pinta, hoje entre frondosos vinhedos, está situada na vertente SW da Serrania, voltada para o ribeiro de Carlão e para a Senhora da Cunha onde, para além de um pequeno habitat da Idade do Ferro, há sintomas de uma ocupação que remontará à Idade do Bronze.

Do início deste período, senão mesmo anteriores, isto é, do Calcolítico, são as pinturas de Pala Pinta (Est. 1.2) descobertas em 1921 (7).

Monocromáticas a vermelho-escuro, distribuídas em dois grupos, dominam os tipos esteliformes e figurações de conotação solar. Em presença de tal simbologia é forçoso interrogarmo-nos se tal temática não terá uma filiação, aparente ou não, que entronca nas Culturas Calcolíticas do Sul da Península (8).

Para já, tudo parece indicar que os vestígios mais antigos ligados à presença do homem no aro de Carlão se restringem a estas pinturas esquemáticas. A dúvida subsiste quanto a um outro abrigo sobre rocha conhecido por Pala da Moura, situado a Norte e nas imediações do castelo de Carlão mas não quanto a objectos como machados de pedra polida, lâminas de sílex, bocados de cerâmica e um vaso de formato tronco-cónico, provido de um bordo arredondado, estreito, abaixo do qual arranca uma asa lateral e que é atribuível à Idade do Bronze.

Significativa e importante é a notícia de ter existido junto a uma das mámuas da Borneira (Est. 2.1) um menhir conhecido na região por "Pedra Encantada". Daí foi um dia levado para o largo da povoação de Presandães onde, após algumas operações de estética, foi transformado no cruzeiro da aldeia (10).

Se a simbologia das demonstrações pictóricas de Pala Pinta nos poderá transportar para o mundo da religiosidade solar, a presença de um menhir, na sua expressão fálica, associado a tumulações nas alturas planálticas da serra da Borneira, conduz-nos para parâmetros da imaginária megalítica relacionada com a fertilidade e a procriação humana.

O posicionamento dos habitats dos criadores de Pala Pinta e dos pastores que calcorreavam planaltos e vertentes dos montes que circundam Carlão não o sabemos, mas os dos homens da Idade do Ferro, esses podemos circundar as suas muralhas, trepar às suas acrópoles, sentarmo-nos nos escombros da sua organização espacial, sonhar com tropelias guerreiras e com risos de crianças. Basta percorrer a área serrana que cinge Carlão para tomarmos contacto com os "castelos" (11) da Srª da Cunha (Est. 2.1), Borneira,

(7) Horácio de Mesquita. Arte Rupestre em Portugal. A Pala Pinta, *Terra Portuguesa*. IV. 1922, 145-147; J. R. dos Santos Júnior. O Abrigo Pré-Histórico da "Pala Pinta". *TAE* VI, 1933.

(8) BAPTISTA. António Martinho. Arte rupestre pós-glaciária. Esquematismo e abstracção. *História da Arte em Portugal*, 1980, 31 seg.

(9) Maria de Jesus Sanches, Recipientes Cerâmicos da Pré-História do Norte de Portugal, *Arqueologia*, 3, 1981, 88 e segs. Vitor Oliveira Jorge. *O Megalitismo do Norte de Portugal: O Distrito do Porto*, (tese de doutoramento, policopiada), Vol. I. Porto, 1982, 792; Susana Oliveira Jorge. *Povoados da Pré-História Recente da Região de Chaves - Vila Pouca de Aguiar*, Vol. I-B. Porto, 1986, 870.

(10) Fernando Rodrigues Leitão. op. cit., 59.

(11) Nesta região os habitats da Idade do Ferro, vulgo "castros", são genericamente apelidados de "castelos".

Valdemir, Castorigo, e naturalmente o de Carlão. Este encontra-se no limite norte da aldeia, separado do cabeço da Azinheira pelo estreito vale onde foi construído o cemitério paroquial e a capelinha dedicada a N. S. dos Remédios.

O seu local de implantação foi, sem dúvida, objecto de sábia escolha por parte dos primeiros habitantes. Ocupando uma plataforma granítica nas imediações do ribeiro de Carlão, posicionado em pleno vale, permitiu-lhe controlar a actividade económica que gradualmente se foi desenvolvendo mas e sobretudo, a via de penetração que através do vale de Carlão ⁽¹²⁾ fazia a ligação entre as populações do outro lado do Tua e do Tinhela ⁽¹³⁾ e a estrada que, no decurso da ocupação romana, tinha um traçado que a levava, através de Ribalonga ⁽¹⁴⁾ e Pópulo ⁽¹⁵⁾, a Murça após atravessar o Tinhela no sítio onde hoje se encontra a ponte de época Filipina ⁽¹⁶⁾.

Da sua dimensão ocupacional pouco sabemos, porque a agricultura invadiu todas as parcelas situadas em seu redor e no interior do sistema defensivo e porque algumas casas de habitação também aí se instalaram. Do primitivo habitat, na actualidade, resta um pequeno troço de muralha e o cone granítico que funcionou como acrópole. Um pano da muralha, certamente da mais exterior, pode ser vista a Poente, a servir de suporte a um dos vários campos em socacos criados no interior do antigo povoado. A acrópole, imponente e quase inacessível (Est. 3.1) aparece a coroar o ponto mais alto do habitat. É formada por volumosas penedias, escurecidas pelos séculos, mas que conseguiu resistir até aos nossos dias.

Embora não saibamos ao certo a área que ocupava esta povoação da Idade do Ferro, tudo parece indicar que ela se desenvolveu em redor do maciço rochoso. Todavia seria a Sul e Nascente que estaria o grosso das habitações a ajuizar pela quantidade e qualidade dos vestígios que aí se encontram. Sintomática é a presença de cerâmica castreja e de época romana à mistura com tégula, ímbrex, fustes de colunas e grandes bocados de dólios nas vinhas e campos que rodeiam o castelo e, em especial, na área situada entre este e a Azinheira. A par destes há ainda a pedra das casas e muros que foi prontamente reutilizada nos muitos muros de suporte que se espalham pela área e outro tipo de vestígios que aparecem gravados nas penedias mas que podem não ser forçosamente coevos. Referimo-nos, muito concretamente, às insculturas, aos prováveis alicerces de habitações, às possíveis eiras-cercados e aos lagares.

As insculturas, dispersas pela área do castelo, são três e possuem temáticas diferentes.

A maior está gravada na penedia que, na vertente meridional do castelo, desce até junto das casa mais setentrionais da aldeia. No inclinado da laje foram gravadas covinhas, algumas das quais ligadas entre si por linhas formando serpentiformes (Est. 3.2).

O segundo motivo está na vinha que ocupa uma pequena parte do vale situado entre o Castelo e a Azinheira e mesmo à beira do caminho que, partindo de junto ao cemitério, se dirige para Norte e para os lados da Pala da Moura. Trata-se de um pequeno penedo, isolado, de forma ovalada, no cimo do qual foram gravadas vinte e uma covinhas genericamente concentradas mas com dimensões e profundidade diferentes (Est. 4.1).

⁽¹²⁾ É bem provável que esta estrada, de mero interesse regional, transpusesse o rio Tinhela por alturas da actual ponte de Carlão.

⁽¹³⁾ A Noroeste das "Caldas de Carlão" está o "castelo" de Porrais, importante povoação da Idade do Ferro e da Romanização que domina a margem esquerda do rio Tinhela.

⁽¹⁴⁾ Foi encontrada aqui uma ara dedicada a Júpiter referida no CIL II, nº 2386 e em autores como Tranoy, Alain, *La Galicie Romaine*, Paris, 1981, 318.

⁽¹⁵⁾ No sítio onde se ergue a capela dedicada a S. Marcos há um importante habitat da Idade do Ferro rodeado de dupla muralha separada por um fosso e cujo aparelho denota bem a influência da técnica construtiva romana. Nas imediações e por ocasião da abertura da estrada Vila Real - Murça apareceu um indeterminado número de moedas romanas notícia que foi transmitida por Manuel de Azevedo, *Notícias Arqueológicas de Trás-os-Montes*, AP, I, 1895, 135 e recentemente analisada por Rui M. S. Centeno, *Circulação Monetária no Noroeste da Hispânia até 192*, Porto 1987, 89.

⁽¹⁶⁾ Tradicionalmente esta ponte é apelidada de romana, situação que vem expressa em estudos de índole regional como a monografia da vila de Murça da autoria de João Luís Teixeira Fernandes, *Murça: História. Gentes. Tradições*, Murça 1985, 66-67. Sem negarmos a possibilidade de neste local ter havido anteriormente uma ponte de traça romana, o certo é que a actual é obra da dinastia Filipina e foi várias vezes restaurada, a última das quais em 1841.

Uma particularidade distingue este conjunto do anterior. É a presença de uma escadaria cavada no penedo ⁽¹⁷⁾ que facilita a chegada ao alto, onde estão as insculpturas. Escadas análogas há-as espalhadas um pouco por toda a área do Castelo-Azinheira a servirem em estruturas diversificadas e nem todas de comprovada contemporaneidade. Trata-se, isso sim, de uma engenhosa solução que aproveita a matéria-prima existente sem recorrer a soluções técnicas de tipo oneroso ou complicado (Est. IV, 2).

Escadaria semelhante se encontra num outro penedo situado na mesma vinha, só que do lado oposto, bem junto à vertente ocidental da Azinheira. Aqui, em vez das já conhecidas fossetes, está bem explícito um animal, macho, a fazer fé na linha curvilínea que aparece bem destacada, entre as patas estendidas (Est. 5.1).

O animal — 1,60 m de comprimento por 0,90 m na parte mais larga — está cavado na superfície lateral de um penedo e esquematicamente representado através de linhas que dão contorno do corpo, das patas e do sexo. A cabeça, também sumariamente delineada à excepção de uma orelha, não apresenta mais qualquer outro indício revelador da sua identidade.

É esta que levanta algumas interrogações.

Representado na posição de deitado, a volumetria das suas linhas parece sugerir um dos típicos porcos ou javalis profusamente representados através da estatuária dos berrões disseminada por Trás-os-Montes e províncias espanholas de Zamora, Salamanca, Ávila e Cáceres. Um dos exemplares mais célebres é a tão conhecida porca de Murça, um javali com os atributos sexuais bem explícitos ⁽¹⁸⁾.

Seja ou não esta representação zoomórfica um berrão, a certeza que temos é estar o penedo inserido numa estrutura mais complexa e da qual fazem parte um muro de aparelho helicoidal de características vincadamente castrejas, erguido entre o penedo-santuário e um outro já inserido no arranque da vertente da Azinheira (Est. 5.2).

Tudo parece conjugar-se para que este “berrão” tenha uma cronologia condizente com a dos seus congéneres atribuíveis a estádios indefinidos da Cultura Castreja. As dúvidas estarão numa datação mais específica. Se atendermos aos vestígios de superfície e ao aparelho helicoidal do muro, somos levados a situá-lo na parte final da Cultura Castreja, mais concretamente pela mudança da Era. Mas pode também dar-se o caso de esta estrutura ter sido posteriormente provida do muro e então o nosso porco-javali ter conhecido os ancestrais dos castrejos que viram chegar àquelas paragens as inovações mediterrânicas. Mas isso, só uma futura intervenção arqueológica o poderá eventualmente determinar.

Quanto às permissas que presidiram à sua gravação, não nos parecem diferentes das que normalmente são atribuíveis à estatuária zoomorfa relacionada com os berrões ⁽¹⁹⁾. Por outro lado a sua localização no interior do castro, a sua disposição no penedo de modo facilitar o acesso das pessoas, a sua inserção numa região onde a pastorícia e a caça representavam e representam ainda um grande potenciador económico permite admitir, com certa segurança, o seu relacionamento com uma entidade tutelar dos rebanhos e ou da caça, especificamente ligada à procriação ⁽²⁰⁾.

Depois convirá não esquecer que o porco é a carne, por excelência, do transmontano. Senão atente-se neste mais que consagrado aforismo popular: “das carnes o carneiro, das aves a perdiz e sobretudo a cordoniz, mas se o porco voara não havia carne que lhe chegara” ⁽²¹⁾.

Um outro tipo de estruturas se aproveita também do muito fraguado que abunda no maciço rochoso, onde está implantado o castro e nas vertentes da vizinha Azinheira.

O sector meridional do castelo de Carlão é um misto de grandes penedias — numa delas está a insculptura com motivos serpentiformes — e de terra disposta em socalcos e aproveitada para fins agrícolas.

⁽¹⁷⁾ Estas “escadas” são semelhantes às da Est. 4.2.

⁽¹⁸⁾ Jesus Taboada Chivite, *La Cultura de los Verracos en el Noroeste Hispánico*, CEG, XII, 1949; A. Serrano, *Observaciones sobre la distribución geográfica de la escultura zoomorfa prerromana*, *Zephyrus*, 8, 1957, 103-110; J. R. dos Santos Júnior, *Berrões Proto-Históricos do Nordeste de Portugal*, Porto, 1975; Virgílio Sevillano Carbajal, *Testimónio Arqueológico de la Provincia de Zamora*, Zamora 1978; F. Hernández Hernández, *La Escultura Zoomorfa del Occidente Peninsular*, *TP* 39, 1982, 211-239.

⁽¹⁹⁾ Vidé nota 18.

⁽²⁰⁾ Armando Coelho Ferreira da Silva, *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, 1986, 299.

⁽²¹⁾ J. R. dos Santos Júnior, *op. cit.* 164.

É numa destas lajes que se encontram os alicerces de uma estrutura circular certamente uma habitação do desaparecido castro.

Em abono desta ideia estão os buracos distribuídos regularmente e os canais abertos na rocha. Os buracos, com uma profundidade média de 0,06 m, circundam exteriormente a estrutura. Serviriam para aí serem cravados os postes de madeira que sustentariam o telhado e dariam corpo à parede circundante, certamente feita à base de elementos vegetais que poderiam ser reforçados com barro. O interior, rebaixado por cavamento, é sulcado por um canal que na extremidade meridional se ramifica em três braços distintos. Tanto este como as respectivas derivações eram capeadas a madeira ou com lajes de pedra (Est. 6.1).

Mas independentemente de a estrutura, agora descrita, ter sido ou não o alicerce de uma casa de habitação, o que verdadeiramente capta a atenção, são as soluções técnicas aplicadas com sucesso no desvio das águas pluviais. É que não vemos que outra função possam ter tido os canais no interior de uma estrutura vedada e cujo capeamento acabava por facilitar, em dias de chuva, a habitabilidade. Finalidade semelhante teriam também os regos, menos vincados, que aparecem a acompanhar, pelo lado de dentro, os buracos de poste. A sua função seria a de recolher as águas que eventualmente se infiltrassem no interior da habitação. Convirá ainda referir que tal tipo de solução é pertinente num sítio onde a rocha se apresenta levemente inclinada e que atrás de si tem a enorme volumetria da acrópole por onde, em dias de chuva, se escoavam autênticos regos de água.

Uma estrutura, certamente também casa só que mais diminuta, vamos encontrar na subida para a acrópole e sobranceira à vinha onde estão os penedos das insculturas, das covinhas e do berrão. Só que aqui as soluções técnicas são algo divergentes da anterior. Senão vejamos.

Mais pequena e aproveitando um rochedo fissurado (Est. 6.2 e Fig. 2) tem, com os seus 2,40 m por 1,95 m, um formato ovalado e o arranque das paredes cortadas e afeiçoadas no próprio penedo.

É aqui que reside a principal inovação.

Divergindo da anterior, os arquitectos de então solucionaram a infiltração de água no interior da estrutura, não com canais e regos envolventes, mas construindo uma parede que, no momento, varia entre 0,20 m e 0,30 m de altura. Para o efeito, afeiçoaram a pico, externamente e a toda a volta, o rochedo, para que a água escorresse mais facilmente. Do lado de dentro, desbastaram a rocha até conseguirem uma parede levemente inflectida e um chão bem aplanado. O sistema foi complementado, na parte superior da parede, com a abertura de uma série de buracos ovalados, hoje muito desgastados, destinados aos paus que formariam o esqueleto da restante vedação. O buraco existente no chão granítico é possível que se destinasse à fixação de um poste que ajudaria a suportar o telhado ou, porque não, o sítio onde se fixava a cremalheira que sustentava as painéis e os potes sobre o fogo. Interessante é, sem dúvida, o facto de a porta estar voltada à penedia que coroa o alto, orientação que a defendia das condições climáticas adversas a que a casa estava sujeita devido à sua implantação.

Se avançarmos no terreno situado a Noroeste do Castelo, ponteados de enormes penedias ou descermos a vertente oriental da Azenheira até à pequena vinha depararemos com um outro tipo de estruturas, difíceis de definir no que toca à funcionalidade e principalmente no que relaciona com o seu enquadramento cronológico.

Se elas abundam na plataforma norte da Azenheira é, contudo, nos rochedos situados nas proximidades da vinha que existe no sopé nordeste, paredes-meias com uma dezena de lagares cavados na rocha, que se encontra uma das estruturas melhor conservadas (Est. 7.1)

A partir da sua análise — as restantes apesar da variedade dimensional são tipologicamente semelhantes — é que iremos tecer alguns considerandos acerca da sua funcionalidade.

Os vestígios, neste tipo de estruturas, reduzem-se a um número variável de buracos circulares, dispostos a intervalos mais ou menos regulares e com uma profundidade média de 0,15m. Formam círculos imperfeitos ou elipses irregulares e no seu interior, o lageado, natural ou intencionalmente preparado, está mais ou menos aplanado (Est. 7.2).

A função de tais buracos, tal como nas estruturas atrás descritas, seria a de receber postes de madeira destinados a servirem de apoio a uma vedação feita em madeira ou arbustos, como por exemplo, a giesta.

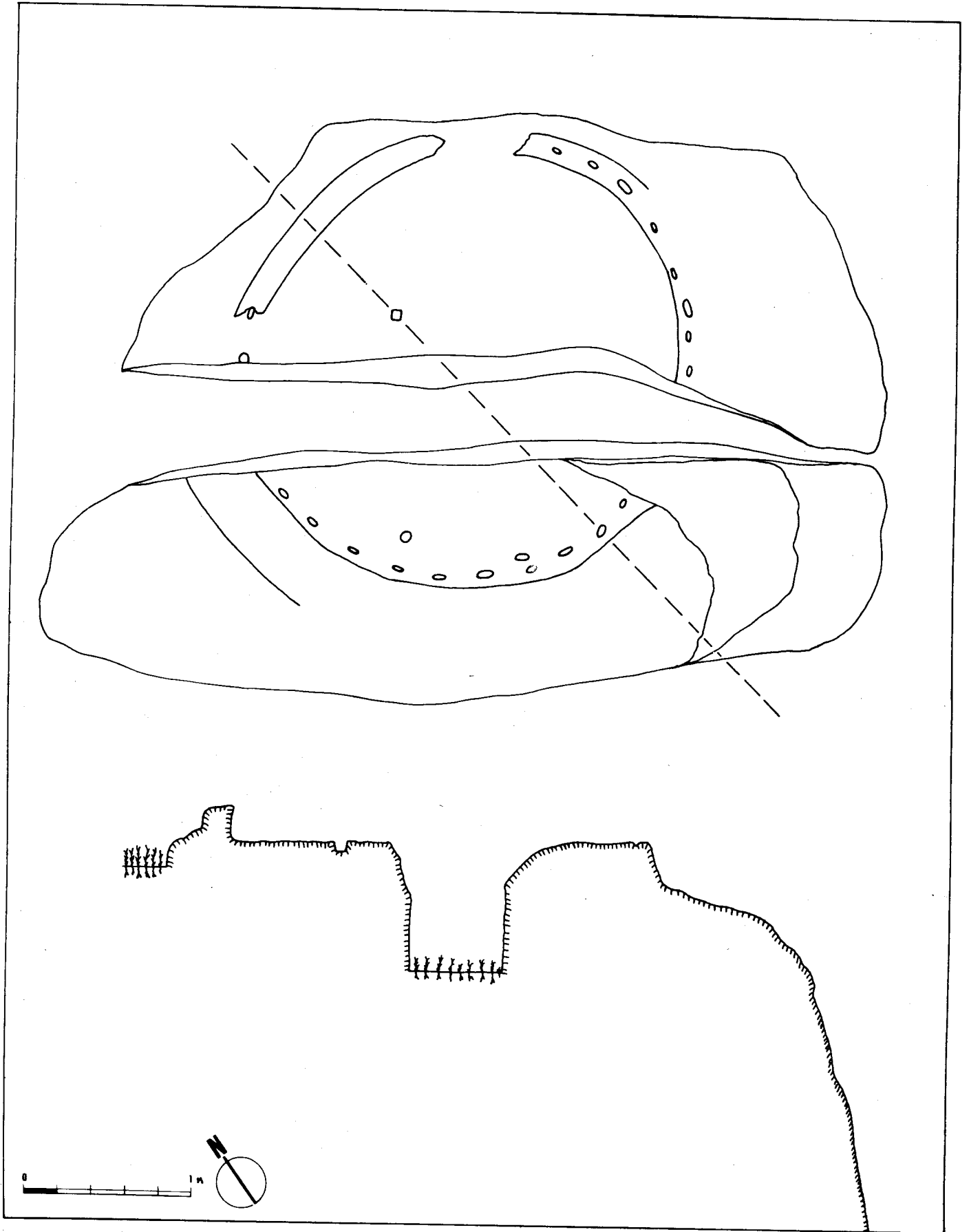


Fig. 2

A ser como acabamos de descrever, estaremos perante um tipo de eira cuja a cercadura, ao contrário daquelas que usam as fiadas de pedra, era feita com os materiais perecíveis.

Tal função, apesar de discutível, em face dos poucos elementos conservados, terá uma certa lógica apesar de não resolver o problema cronológico.

Tanto quanto sabemos, o alvéolo de Carlão, em tempos não muito recuados, produzia boas safras de trigo, centeio e aveia, cereais que exigiam sítios apropriados de secagem e debulha. E nada melhor que, de uma maneira simples e funcional, fosse colocado em eiras de maior ou menor dimensão, consoante o permitia o espaço e volume do cereal a resguardar. Este, por seu lado, exigia locais arejados e com boa exposição solar. Daí que se compreenda muito bem, o porquê de o maior número destas eiras estarem localizadas no alto da Azinheira onde o vento, por vezes, sopra com certa intensidade. Tal facto tornava, por essa mesma razão, de extrema utilidade a cercadura que envolvia a estrutura, que poderia ser de uso individual ou colectivo.

Após termos viajado por um sem número de vestígios é tempo de nos aproximarmos dos lagares cavados na rocha da Azenheira e do Castelo.

Os terrenos localizados a norte do Castelo são relativamente planos, bastante predegosos e por isso mesmo pouco produtivos. Talvez, por isso, a única actividade capaz de resistir às agruras do sítio seja a vinha que ocupa a pouca terra arável. No restante são as penedias de maior ou menor envergadura e a vegetação rasteira que pontificam no local.

É neste cenário que se encontram sete lagares, entre inteiros e semi-destruídos, bem como os alicerces de uma estrutura cujos muros assentavam directamente num dos grandes rochedos (Est. 8.1).

O lagar nº 1 está situado na berma de uma das vinhas e mesmo no limite da propriedade já que o muro que a cerca assenta sobre uma das suas paredes.

Cavado fundamente num penedo volumetricamente irregular, marcado por uma fissura posterior ao seu funcionamento, é um dos exemplares melhor conservados (Est. 8.2 e Fig. 3).

O formato é de tendência rectangular, as paredes laterais têm alturas diferentes - 0,70m na parte mais alta e 0,30m na parte mais baixa — o chão foi aplanado e inclinado no sentido do canal de saída do mosto. Este foi aberto na parte mais baixa do penedo de molde a facilitar a sua saída e para ser aparado do lado de fora em vasilhas apropriadas.

Completam o conjunto alguns buracos de tendência circular e finalidades diversas.

Os de maior diâmetro poderão estar relacionados com certo tipo de cobertura, temporária e amovível, destinada a proteger as uvas e os que as pisavam, não raras vezes debaixo de um sol inclemente. Depois, nem sempre a chuva, em tempos de vindima, respeitava os momentos mais críticos da actividade vinícola.

Os restantes, alinhados ao longo da parte superior da parede mais baixa, teriam certamente a missão de segurar uma estrutura, em madeira, destinada a aumentar a capacidade de armazenamento.

O lagar nº 2 está situado na penedia que se debruça sobre o pequeno vale que se prolonga até às imediações da Pala da Moura e bem próximo do que acabamos de descrever. O acesso ao sítio onde está implantado faz-se, tal como em outras estruturas, através de um conjunto de “escadas” cavadas na parede do rochedo (Fig. 4).

Tem uma forma sub-trapezoidal, chão aplanado e inclinado na direcção do canal de escoamento e altura desproporcionada das paredes. O que se compreende se considerarmos que a penedia em que foi cavado não é uniforme. Talvez e por isso mesmo tivesse sido necessário aumentar à parede voltada para o vale, construindo, para o efeito, uma vedação em madeira apoiada em buracos abertos no cimo da estrutura.

Possuía, tal como alguns da Azinheira, um sistema de comportas que impedia o escorregamento do bagaço, mas não do mosto; através do canal de escoamento (Fig. 4) que é pequeno e remata em pia de decantação.

Relativamente perto destes dois, localizado numa laje, ampla mas plana, está um novo tipo de lagar, diferente dos outros no que toca à forma e à maneira de funcionamento.

Quanto à forma poderíamos dizer que ela se aproxima da sub-trapezoidal. No que respeita ao funcionamento é por demais evidente que possui dois canais de escoamento, um dos quais com claro

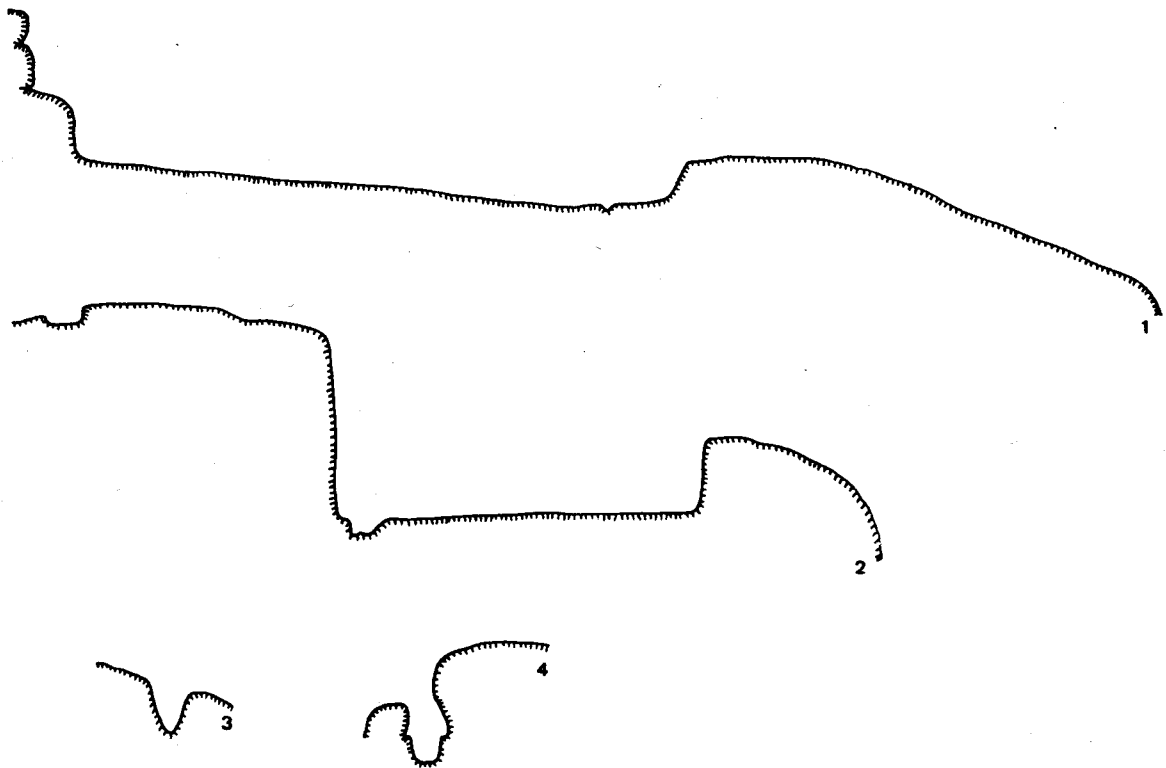
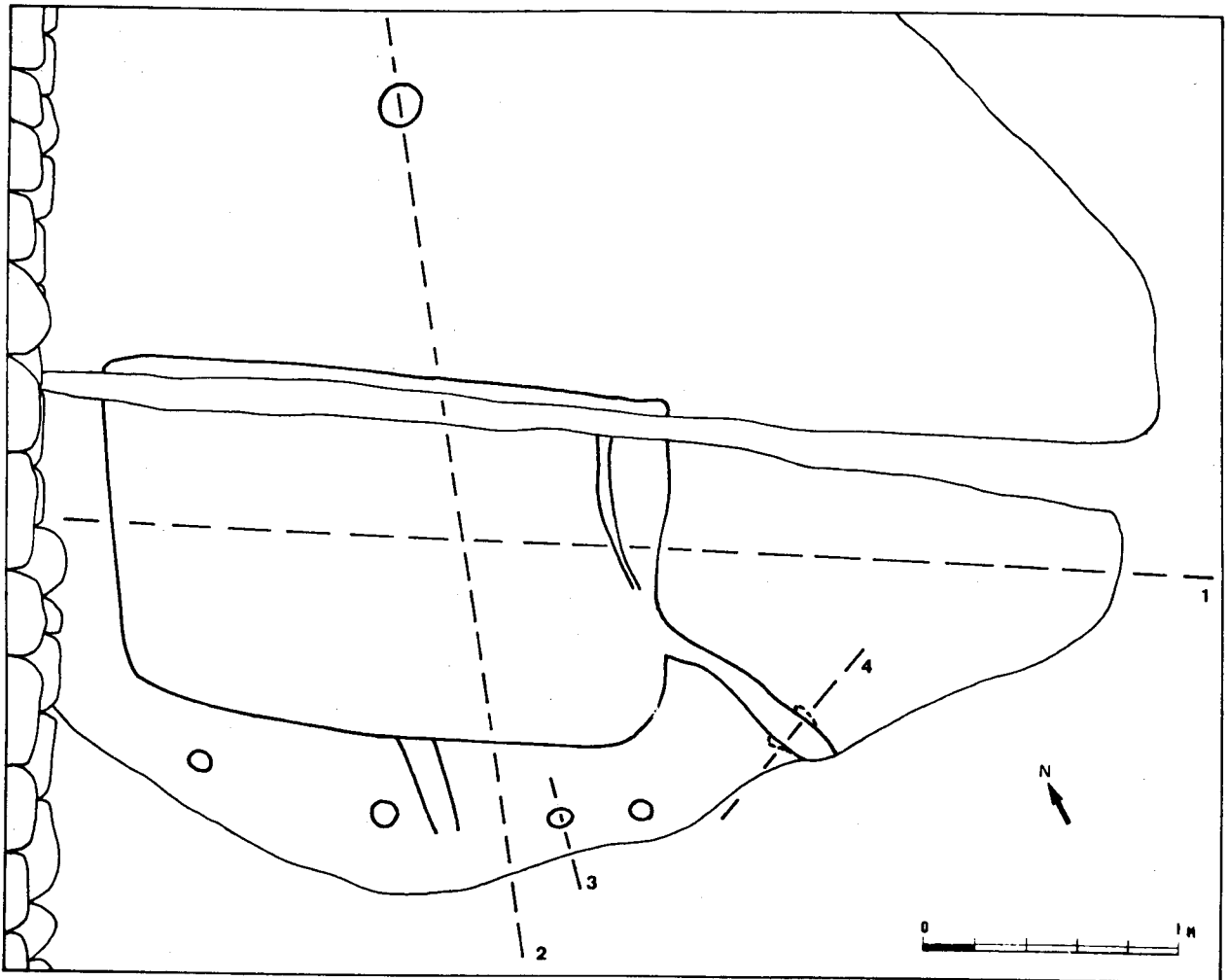


Fig. 3

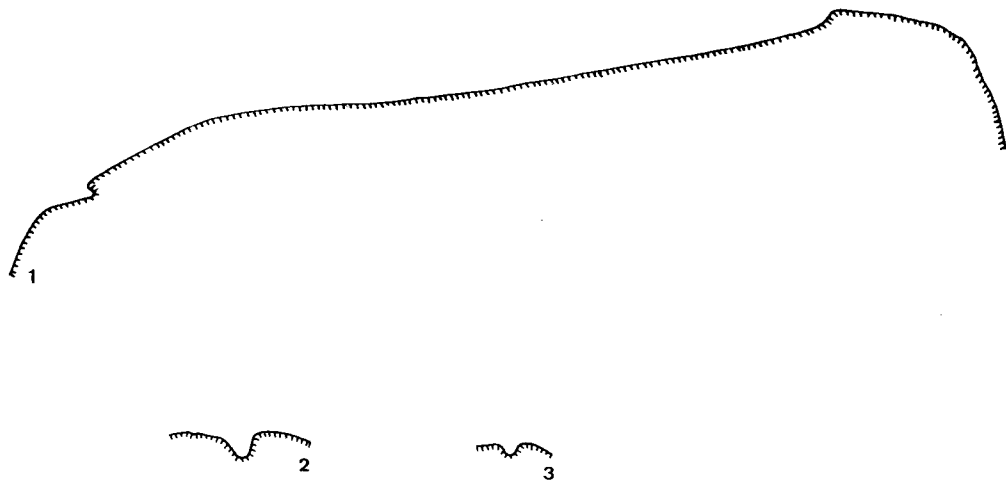
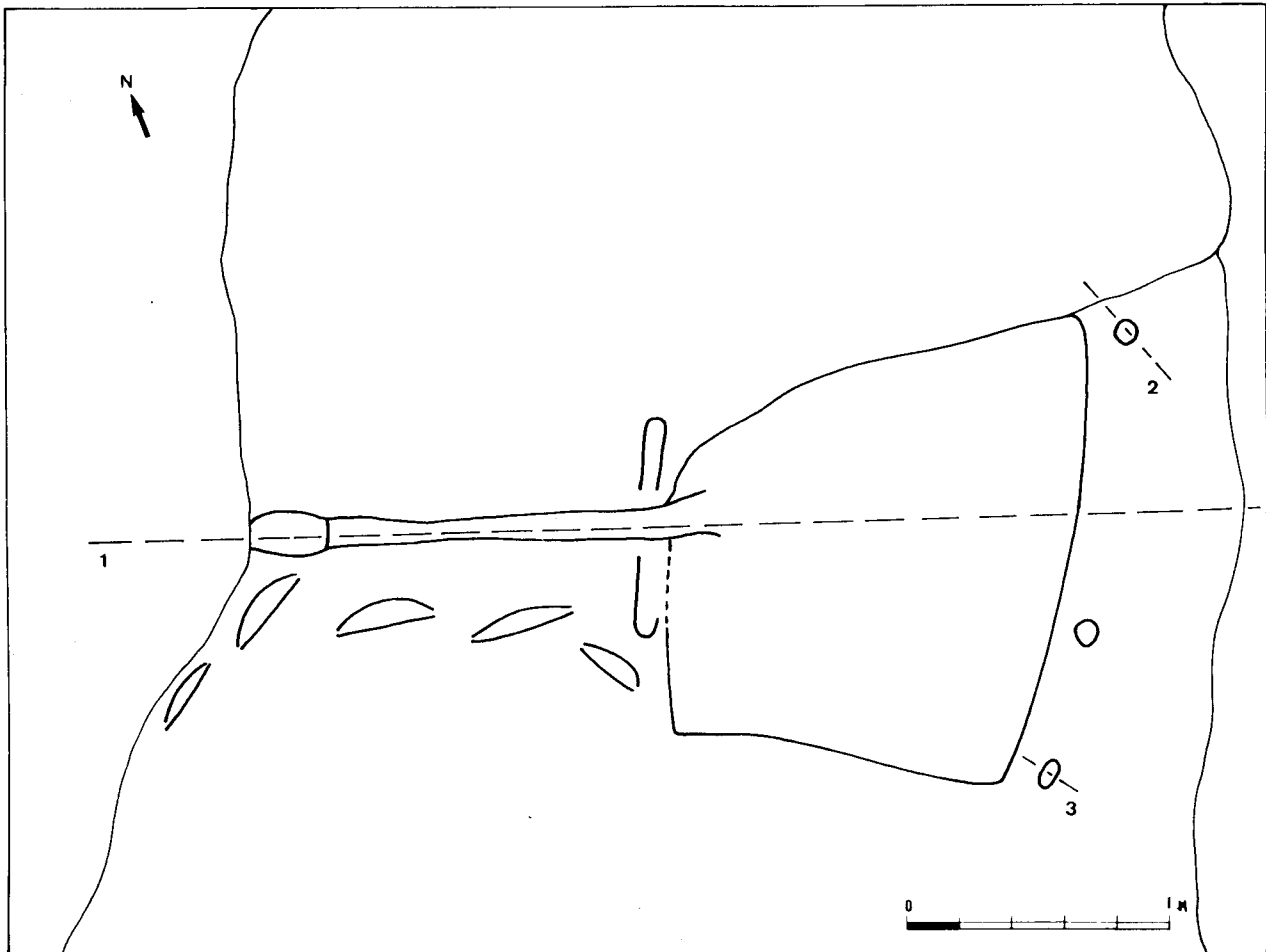


Fig. 4

estrangulamento (Fig. 5) e cuja a finalidade seria a de dificultar a passagem de grânhas e outros elementos sólidos. Caso passassem, acabariam por se depositarem nas pequenas cavidades circulares abertas nas extremidades de cada canal.

Situação análoga, à excepção dos dois canais, vamos encontrar no lagar nº 4, o único que detectamos no meio da vinha. Aberto no cimo de um amplo rochedo e bem próximo da estrutura cujo alicerces foram cavados na própria laje (Est. 8.1), tem um formato sub-retangular e um canal de escoamento com orientação lateral (Fig. 6). Este, ao contrário dos já apresentados, é um simples buraco oval que atravessa a parede granítica. Tal processo, diferente dos anteriores, permitia, na mesma, a fácil passagem do mosto que acabava a decantar nos dois buracos cavados na parede exterior do lagar.

Este lagar, tal como os anteriores, tem o chão bem aplanado — no presente bem fissurado — e naturalmente inclinado para permitir o escoamento do mosto. Também as paredes envolventes não são uniformes no que respeita à altura, sendo as mais elevadas as situadas ao lado oposto à saída do mosto. Igualmente estão presentes os já nossos conhecidos buracos, possivelmente relacionados com coberturas, vedações e provável utilização de uma prensa sustentada por traves de madeira.

Um quinto lagar e resquícios de outros dois espalham-se pela área norte do Castelo e topo norte da Azinheira.

O melhor conservado, paredes-meias com uma série de cercados-eiras semelhantes ao atrás descrito (Est. 8.1), tinha originalmente uma forma rectangular e havia sido cavado na extremidade mais baixa, de um alto penedo. Pelas paredes que ainda se conservam, verticais e fundas, possuía uma razoável capacidade de armazenamento. Só que posterior arranque de pedra — facto demasiado vulgar na área e que já conduziu à destruição de um sem número de vestígios - destruiu uma das paredes do lagar conjuntamente com a saída do mosto (Fig. 7).

Dos restantes conserva-se uma pequena parcela do lagar, que seria, possivelmente, também rectangular bem como os encaixes de fixação das traves que sustentavam o braço principal de uma prensa (Est. 9.1 e Fig. 8).

Um outro lagar esteve patente, até há poucos anos, no cimo do cabeço da Azinheira, bem junto à vereda que do forno de secagem de figos ⁽²²⁾ subia até ao alto. Dele, no presente, resta o sítio e uma pequeníssima parcela do penedo em que o lagar fora cavado, mas que não chega para o definir tipologicamente.

O segundo conjunto de lagares, em número de seis, está distribuído pelo espaço não agricultado da vertente oriental da Azinheira.

Inicialmente o seu número era mais vasto, pois alguns foram destruídos quando da construção das casas de habitação erguidas junto à estrada. Igualmente foram no sopé, agreste e granítico, do morro da Azinheira. Tal facto não espanta, pois tem sido sob a capa de uma qualquer modernidade que muitos dos nossos monumentos arqueológicos têm sido sistematicamente delapidados. Aqui, no reino da penedia granítica, têm sido os talhantes de esteios e pedra para construção civil que não têm curado da importância deste e de outros vestígios. É pena.

Mas analisemos, com o pormenor possível, os restantes.

Um dos exemplos mais completos é o que está implantado num penedo aplanado situado na berma da vinha e por detrás de um dos anexos aí construídos (Est. 9.2 e Fig. 9).

Trata-se um tipo de lagar que, por não ter sido suficientemente ca-vado, quase não possui paredes laterais, à excepção do sítio onde foi aberto o buraco por onde se escoava o mosto (Est. 9.2 e Fig. 9). Tal facto levou à construção de uma estrutura lateral, em madeira, que se adaptava à forma ovalada e se apoiava em vários buracos em redor do sítio onde eram depositadas as uvas. O mosto, saindo pelo buraco circular aberto na parede do lagar, era recolhido em recipientes colocados por debaixo da saída.

(22) Em Carlião os figos, por princípio, eram secos ao sol. Todavia, com condições meterológicas adversas, serviam-se de fornos apropriados e dos quais ainda restam exemplares, naturalmente desativados.

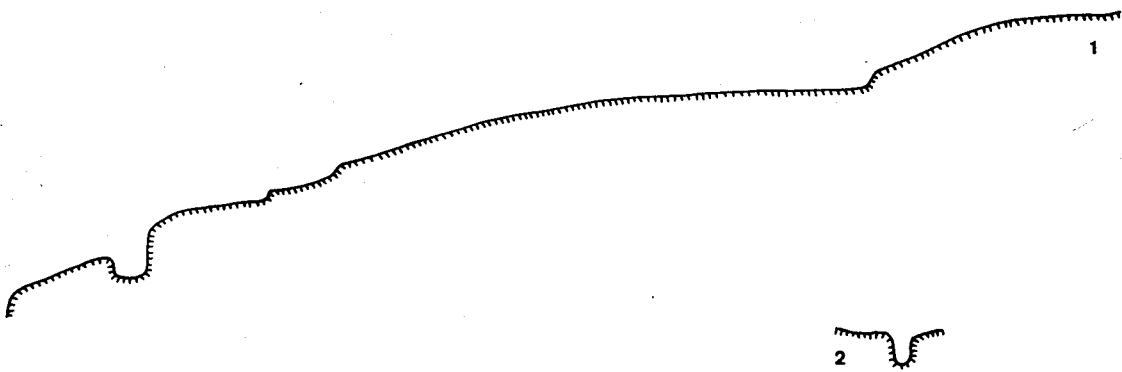
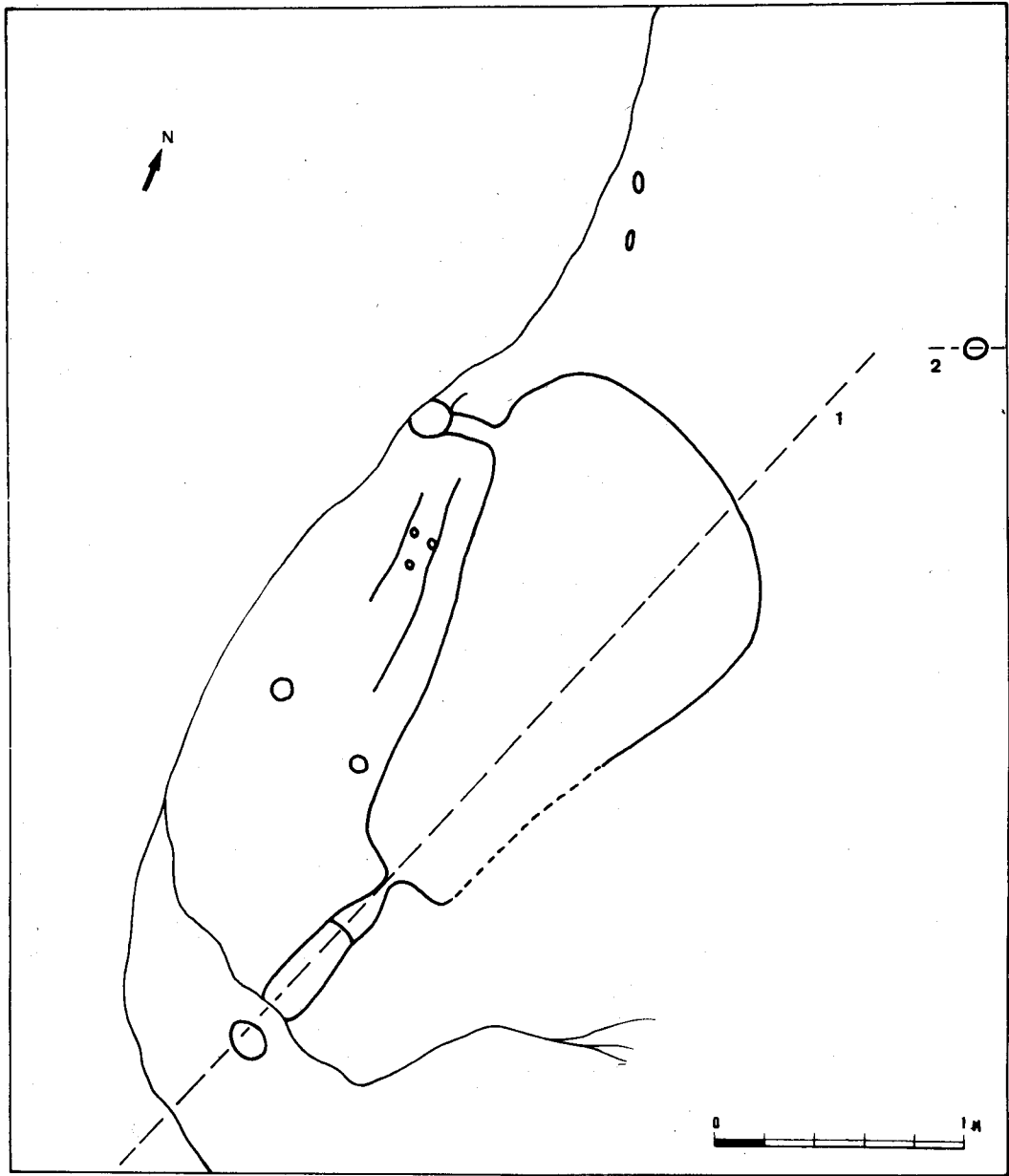


Fig. 5

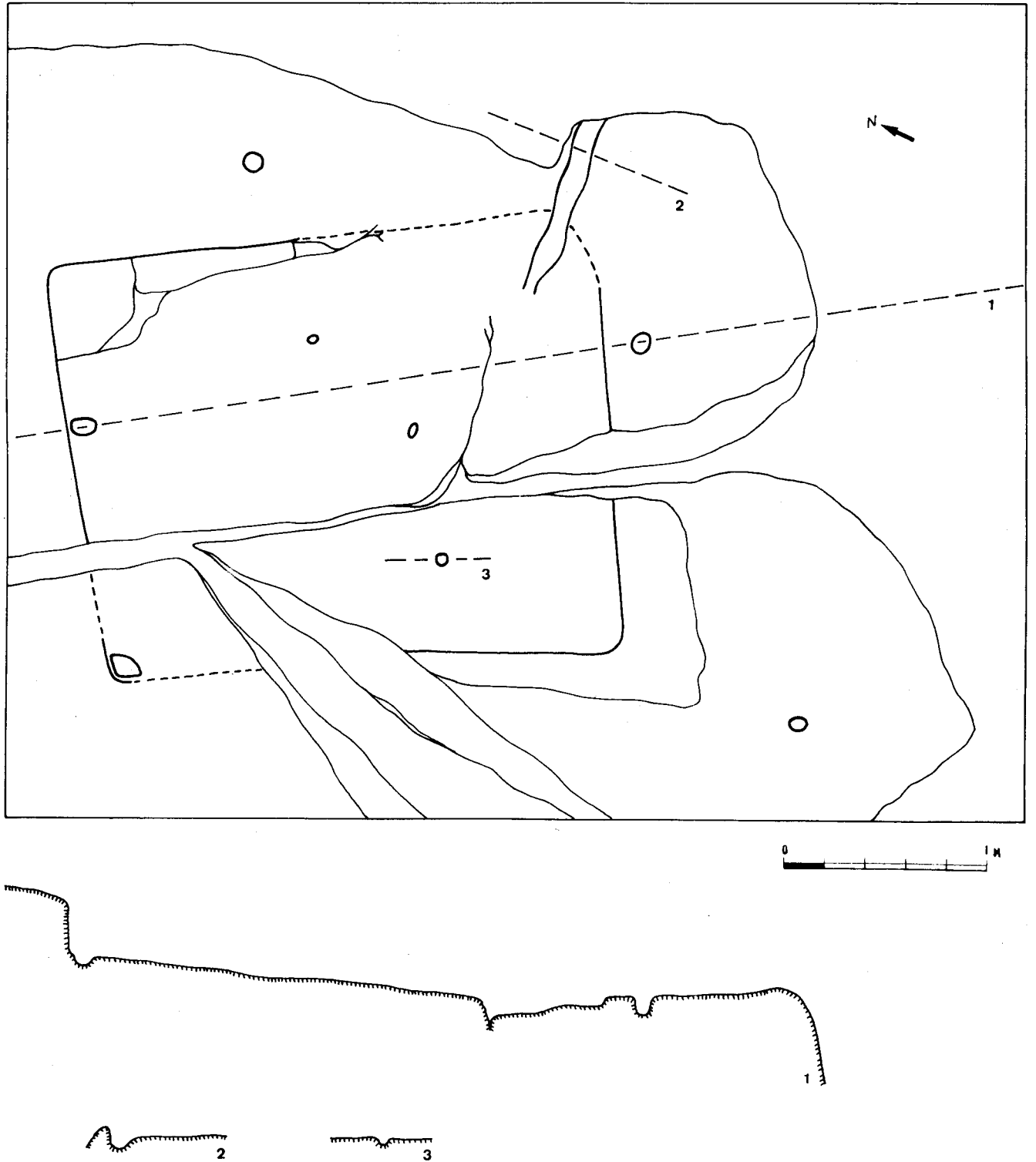


Fig. 6

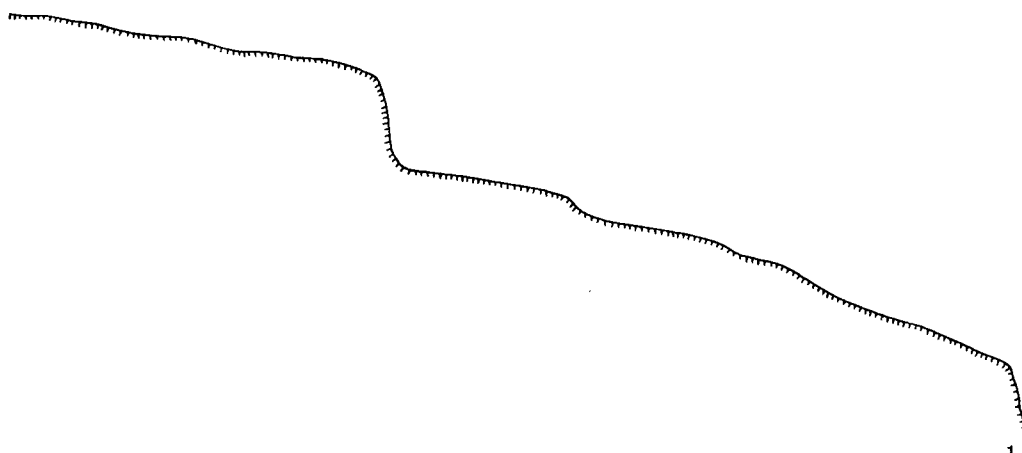
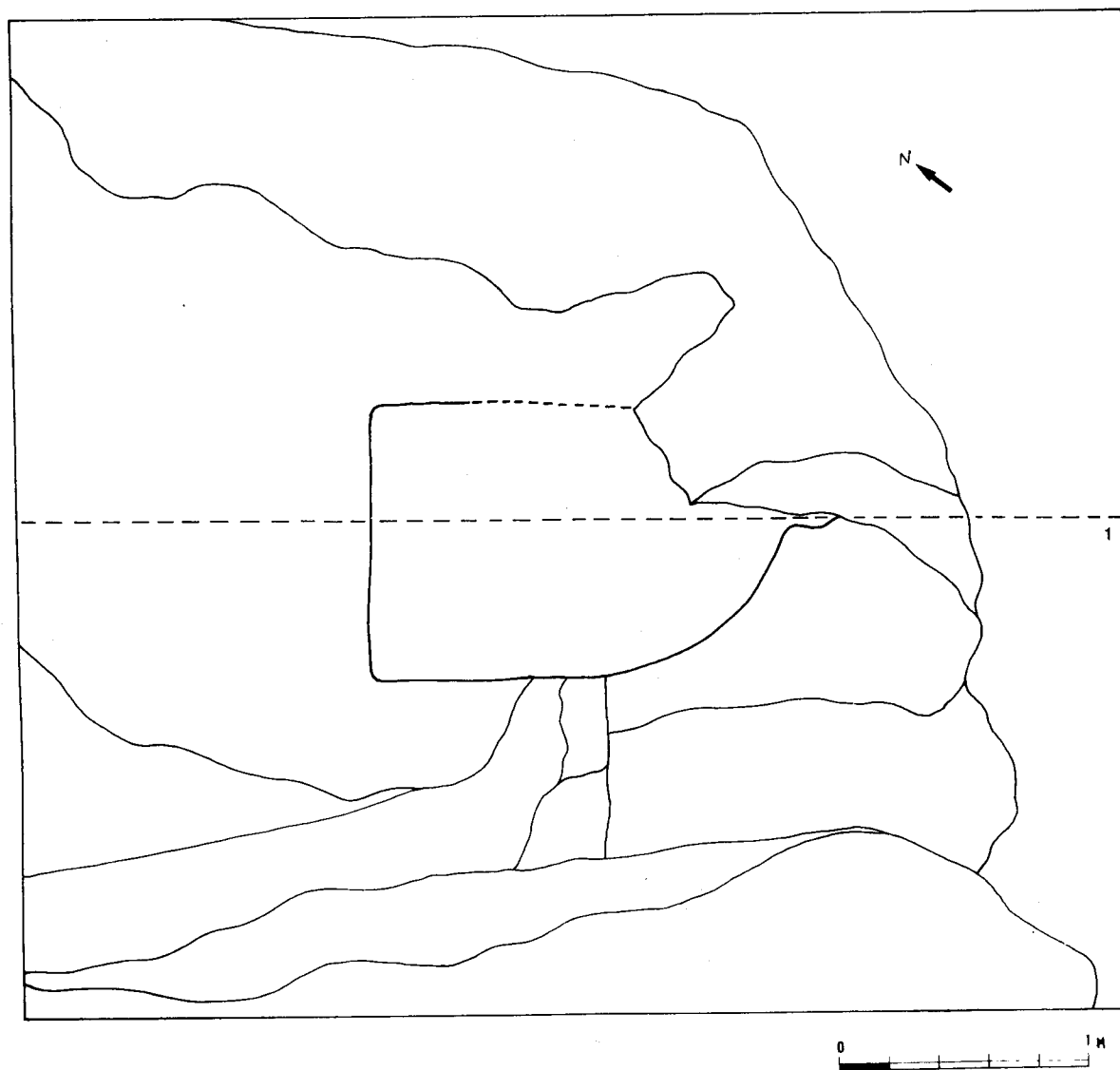


Fig. 7

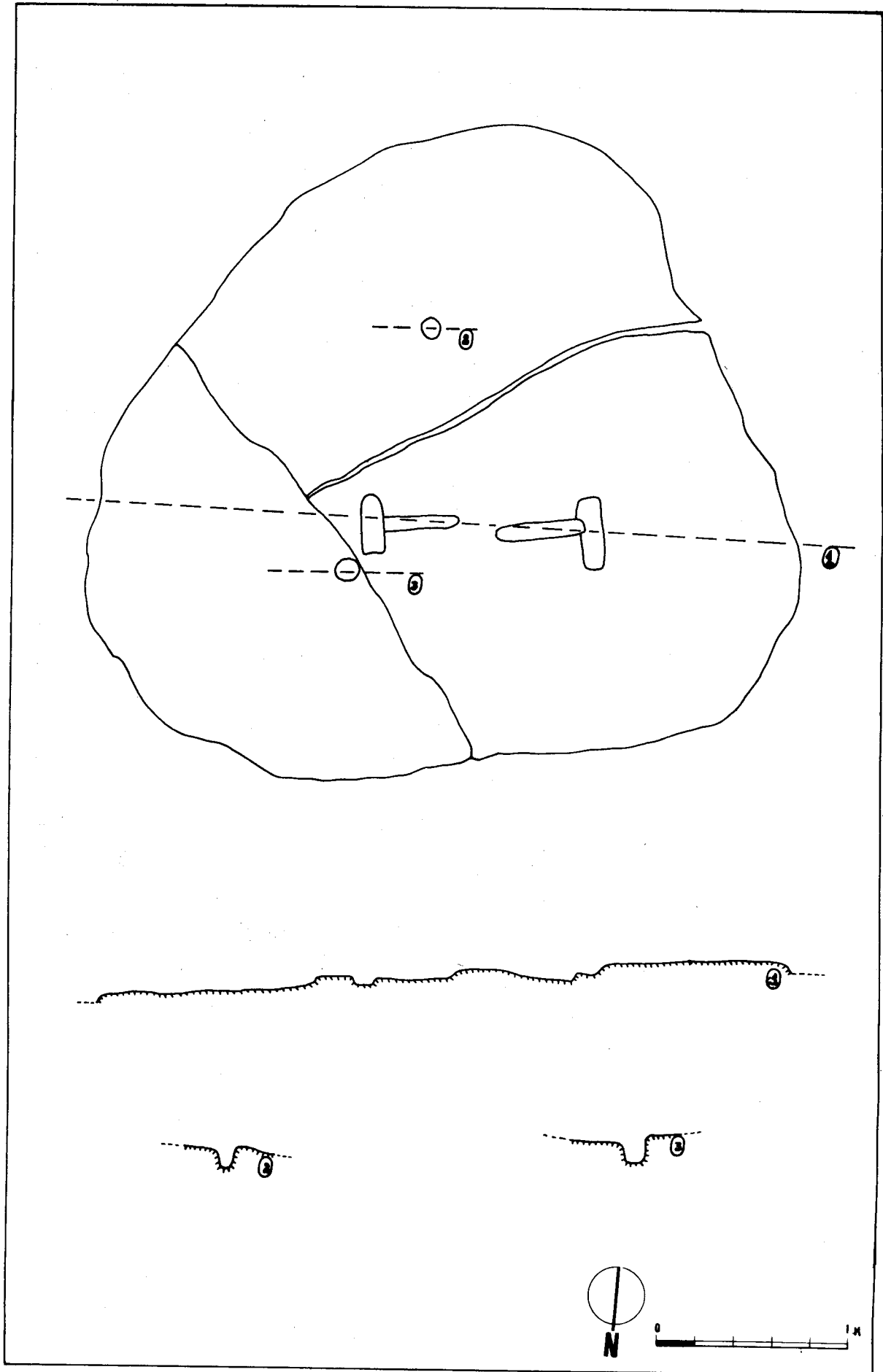


Fig. 8

Também esta área teve um tratamento especial. A laje foi aplanada e aproveitada como pavimento e nos sítios onde não existia, a sua falta foi colmatada com um lajeado à base de pedras de diferentes tamanhos, mas suficientemente preparadas para não destoarem do conjunto (Fig. 9).

Ao que parece também este teria uma cobertura. Pelo menos é o que sugerem alguns dos buracos circulares, suficientemente fundos (Fig. 9-2) para suportarem postes de madeira e que se distribuem pela periferia do lagar e da zona lajeada. Posteriormente foram-lhe gravadas duas pequenas cruces que em Carlão simbolizam divisões de propriedade.

Forma oval, só que alongada, tem o lagar nº 2 implantado num dos penedos que se situam no início da encosta (Est. 10.1 e Fig. 10).

O penedo já de si inclinado, permitiu cavar um lagar não muito fundo, mas com paredes naturais, pelo menos na parte mais alta. Na restante haveria, à imagem dos já descritos, uma vedação de madeira. O mosto decantaria na pequena cavidade aberta na extremidade do lagar, mesmo por cima onde se colocavam os recipientes no momento da recolha do líquido.

Os dois buracos circulares pertencem, certamente, a um sistema de vedação. Todavia outros há, mais largos e fundos que poderão, tal como no anterior, estar relacionados com o sistema de sustentação da trave que accionava a prensa.

Muito erosionado está, no presente, um outro lagar que decantava o mosto num sistema semelhante ao atrás descrito mas cujas estruturas laterais, disfarçadas, seriam completadas com uma vedação em madeira (Est. 10.2 e Fig. 11).

Tipologias divergentes têm os lagares 4 e 5.

O 4º, de forma alongada (fig. 12), é bastante irregular na sua concepção. Cavado num penedo com leve declive que facilitava o escoamento do mosto, possui paredes laterais mais altas do lado contrário ao canal de saída. Este, após vasar a parede através de um orifício semi-circular, alonga-se em duas cavidades dispostas em degrau, onde o mosto decantava antes de ser recolhido para as vasilhas (Fig. 12).

O 5º, estruturalmente mais próximo do rectângulo, é de todos, o que maior quantidade de uvas levava (Est. 11 e Fig. 13). Cavado, tal como o anterior, num grande penedo, possui, ao contrário daquele, um conjunto de ranhuras laterais que fazem a função de escadas (Est. 11.2 e Fig. 13).

Mas o que verdadeiramente distingue este lagar, independentemente do espaço de armazenamento, é o sistema de comportas, perceptível já no lagar nº 2 do Castelo (Fig. 14). Estas, certamente em madeira, subiam ou desciam na vertical (Est. 11.2 e Fig. 13) consoante as necessidades, deixando passar o líquido mas não as uvas e o bagaço.

Se nos lagares até agora descritos o sistema pode ser mais ou menos incipiente ou posteriormente alterado, o mesmo não podemos dizer deste.

Implantado no cimo de uma alta penedia é, de longe, o mais complexo e sofisticado de todos até agora descritos.

Fundamente cavado a pico, (Est. 11) possui um sistema de três comportas consoante indicam as ranhuras, bem marcadas, nas graníticas paredes laterais (Est. 11, 1). Das três, a do meio é a mais importante. Enquanto a 1 (Fig. 13) teria a mera função de delimitar o espaço e ajudaria a compartimentar as uvas, a 2 funcionaria como retenção das uvas, para que no acto da pisa, não tombassem para o exterior e neste caso, para o sítio onde os recipientes eram colocados para recolherem o mosto. A comporta mais exterior, a mais funda de todas, teria como missão impedir que o líquido se escapasse no acto do enchimento e acabasse por se perder. A completar esse sistema há ainda a assinalar uma cavidade rectangular onde encaixava uma caleira para facilitar a recolha do líquido em vasilhas cujos fundos assentavam na cavidade circular situada em local mais baixo e junto da comporta mais exterior (Est. 11.2).

Este conjunto completava-se com uma pia rectangular cavada num penedo vizinho (Est. 12.1 e Fig. 14). As suas paredes pouco inclinadas e a pouca profundidade leva a suspeitar que se destinaria a armazenar as uvas antes de serem pisadas. Todavia não se poderá excluir a hipótese de ser uma pia cuja a água se aplicaria na lavagem do lagar.

(23) Por se encontrar obstruído foi-nos impossível proceder a uma análise minuciosa das suas principais características.

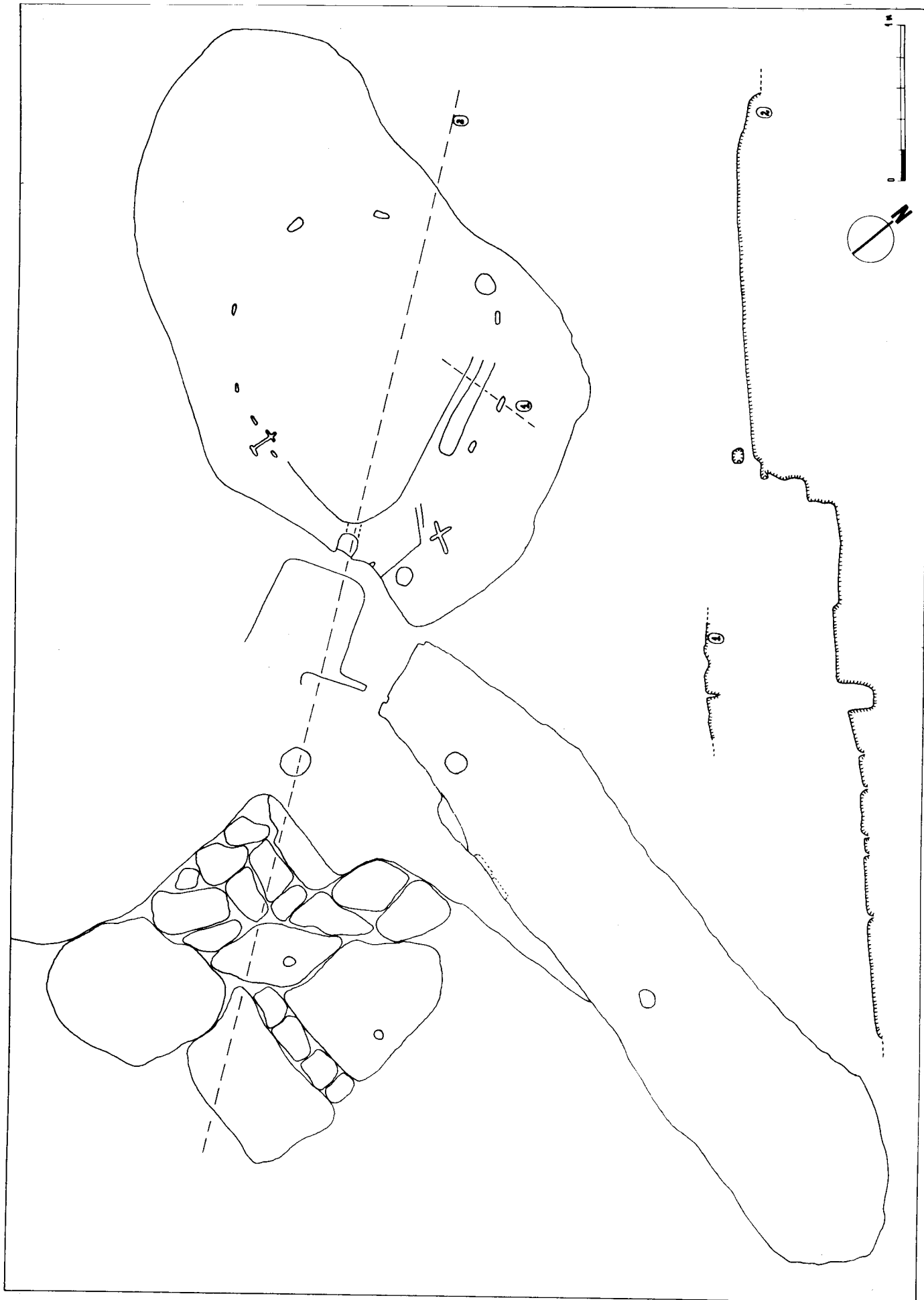


Fig. 9

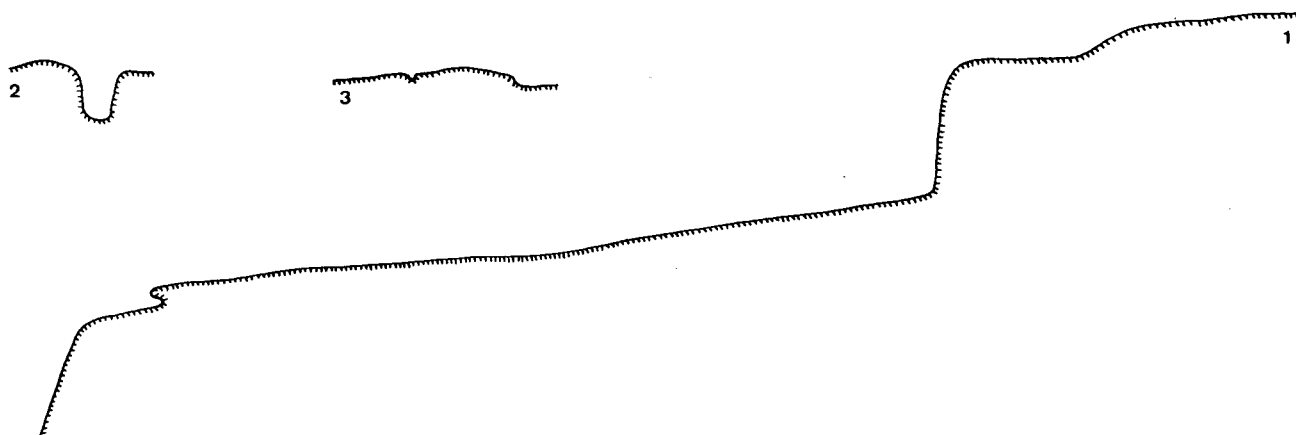
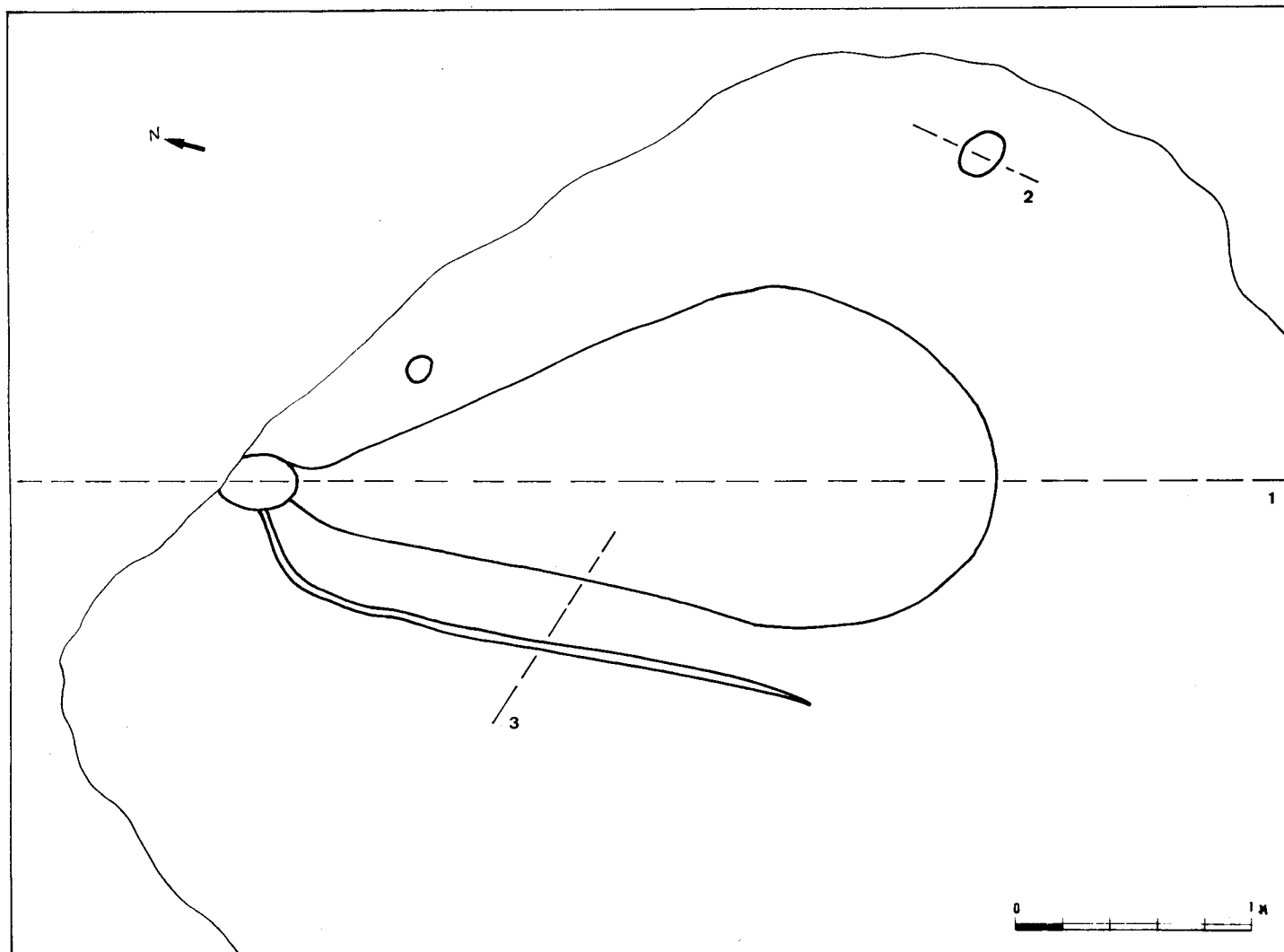


Fig. 10

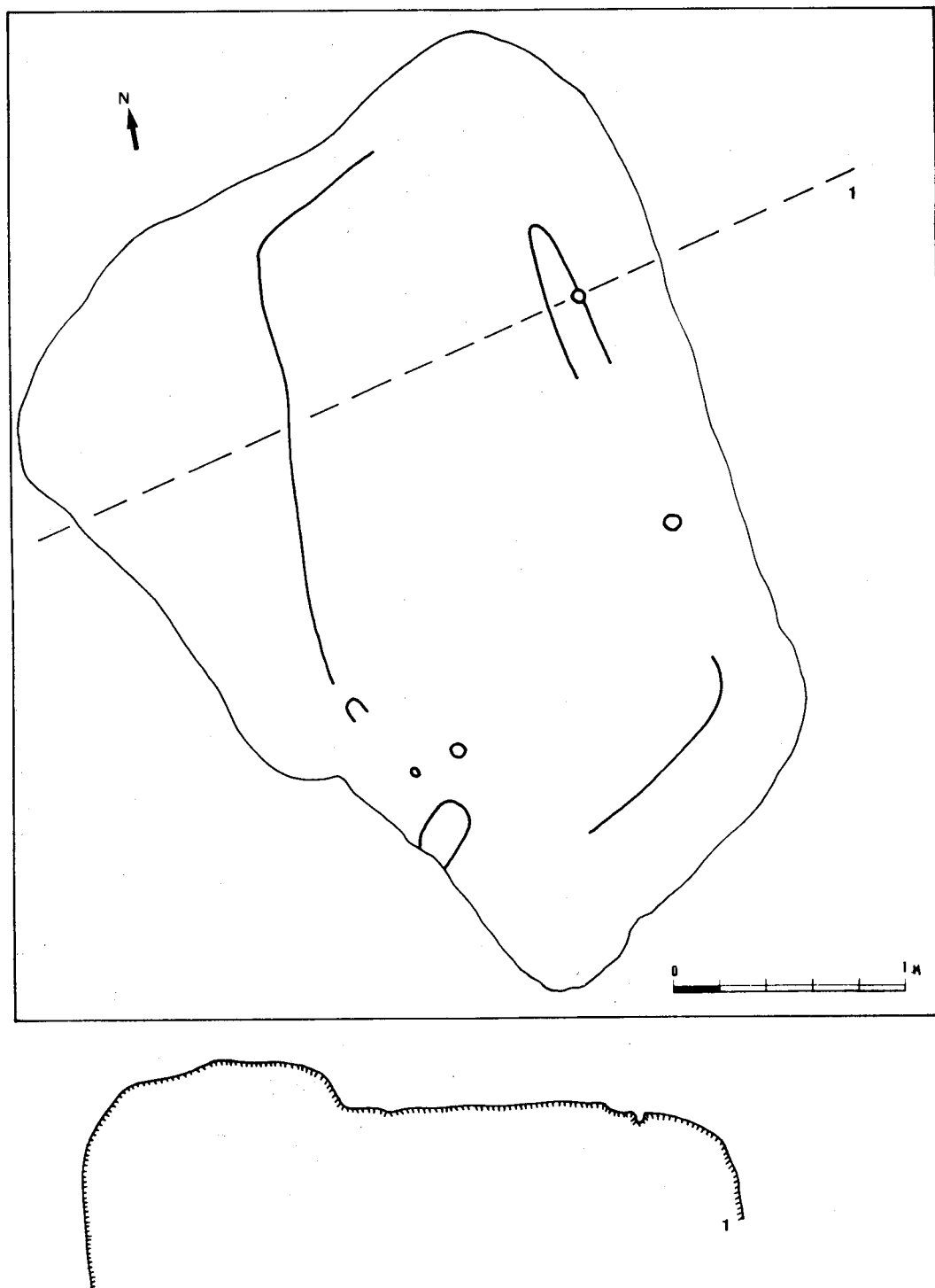


Fig. 11

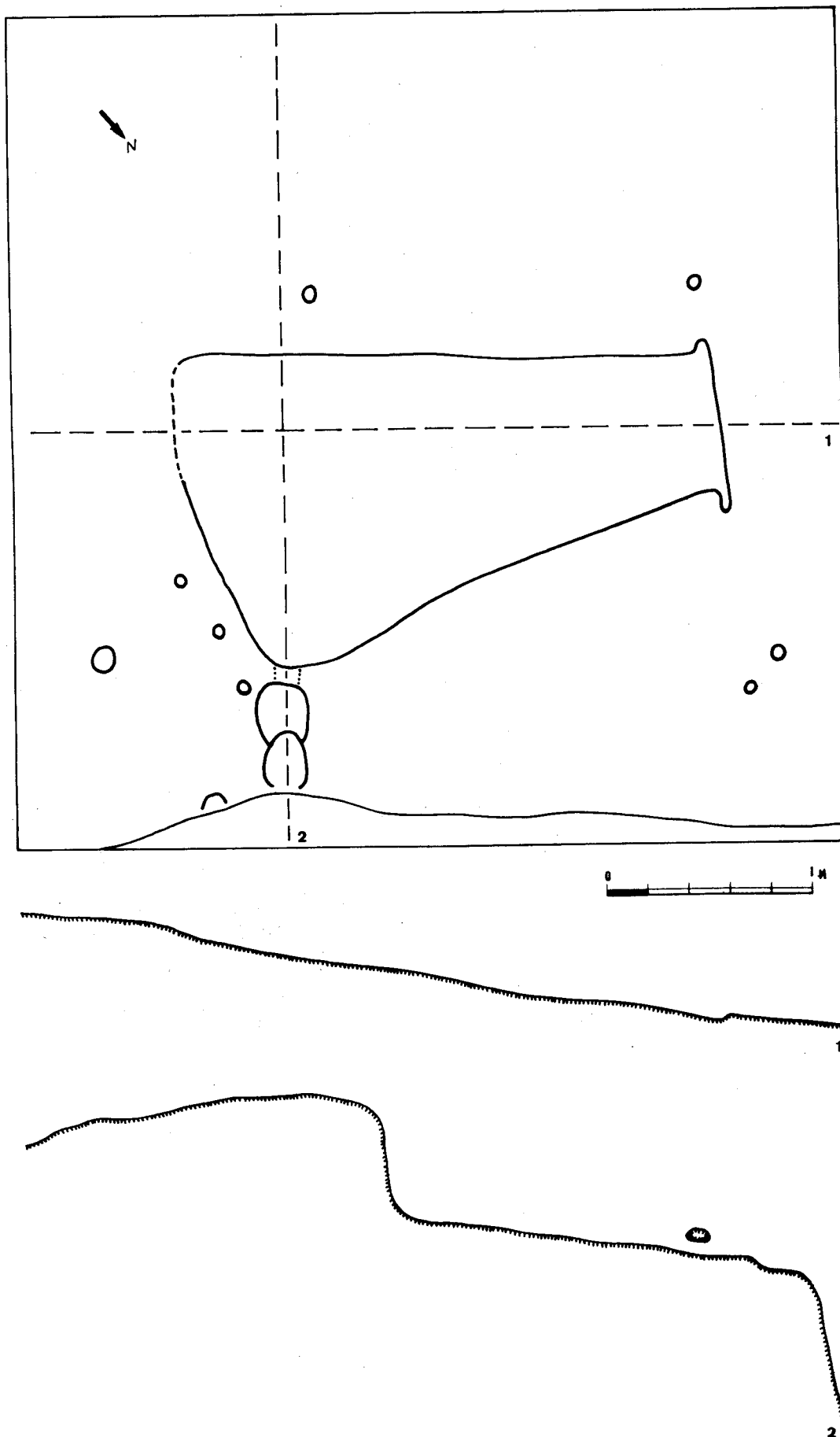


Fig. 12

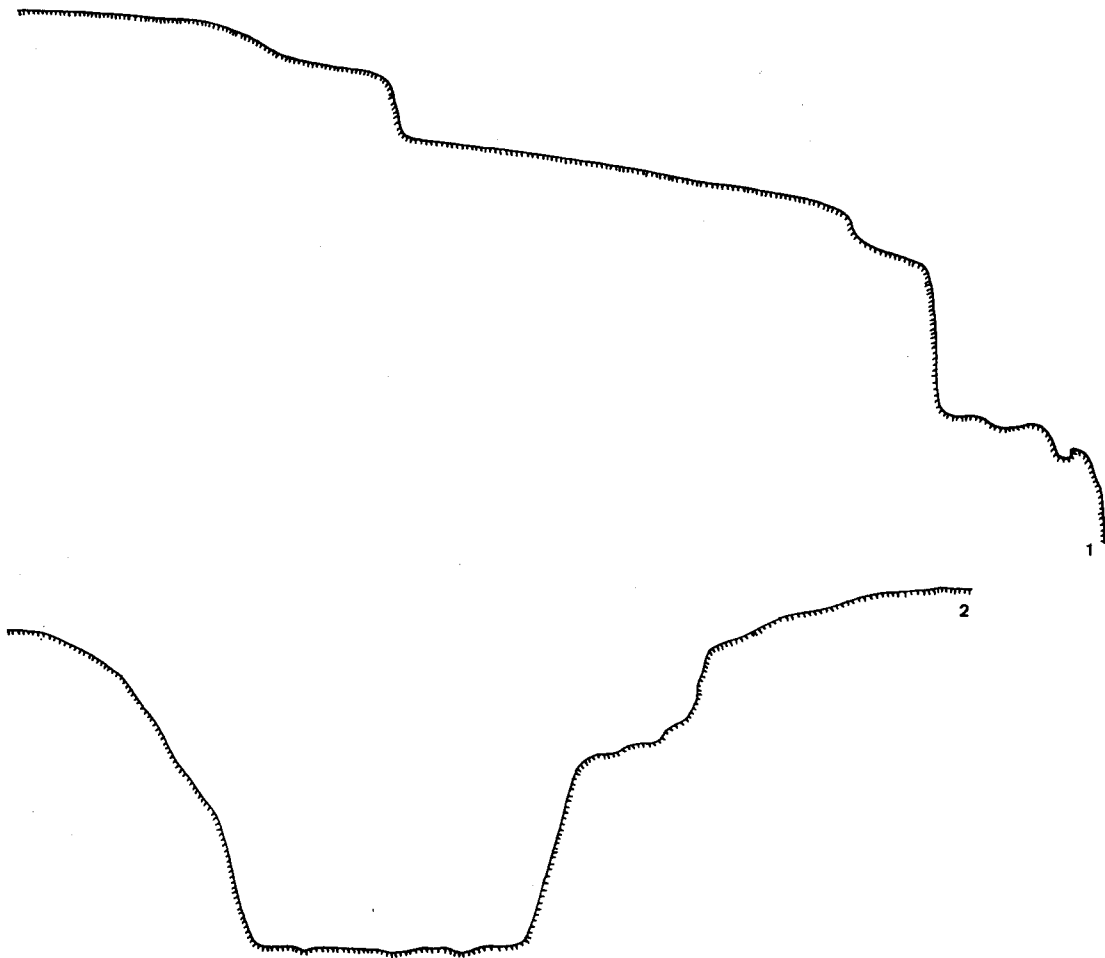
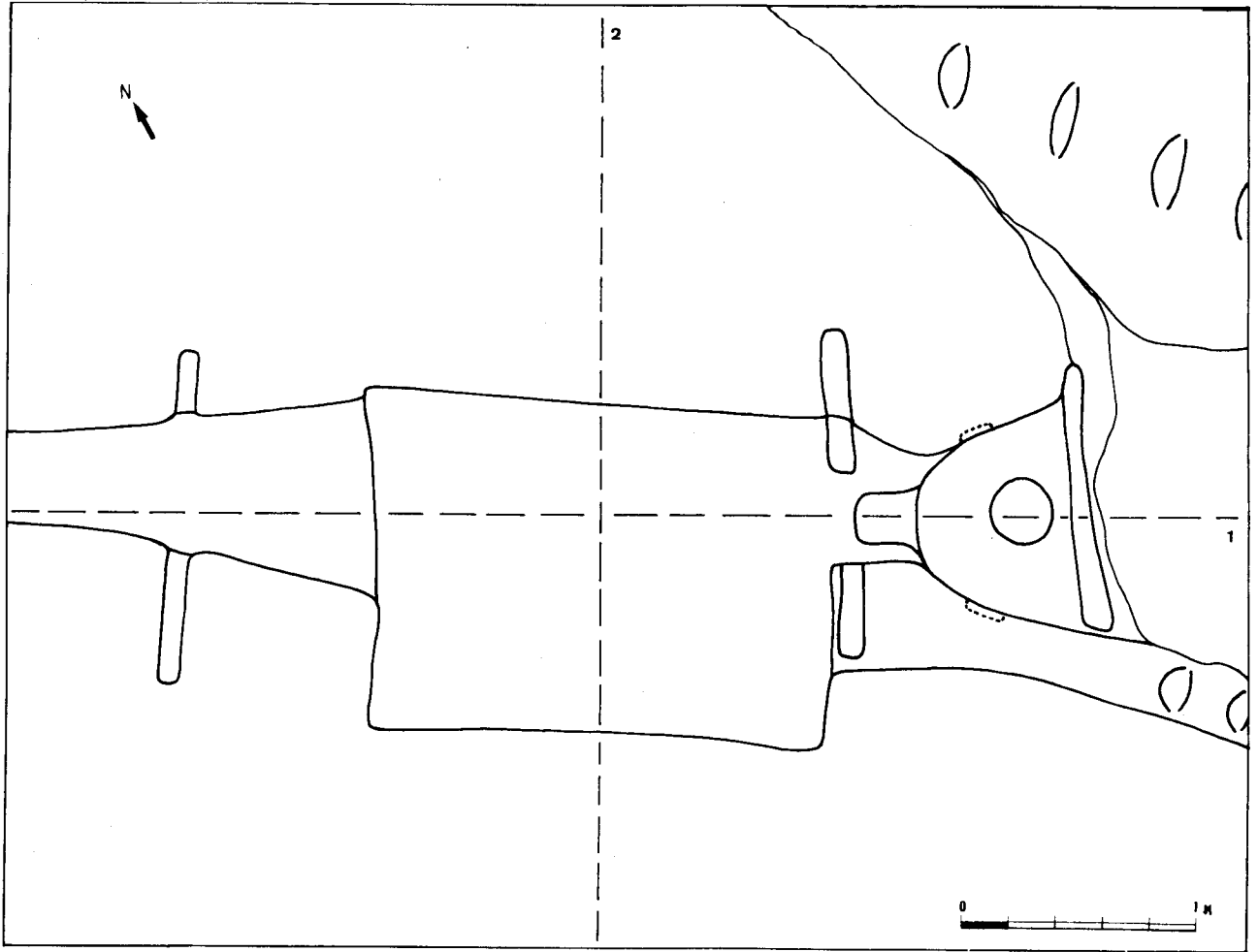


Fig. 13

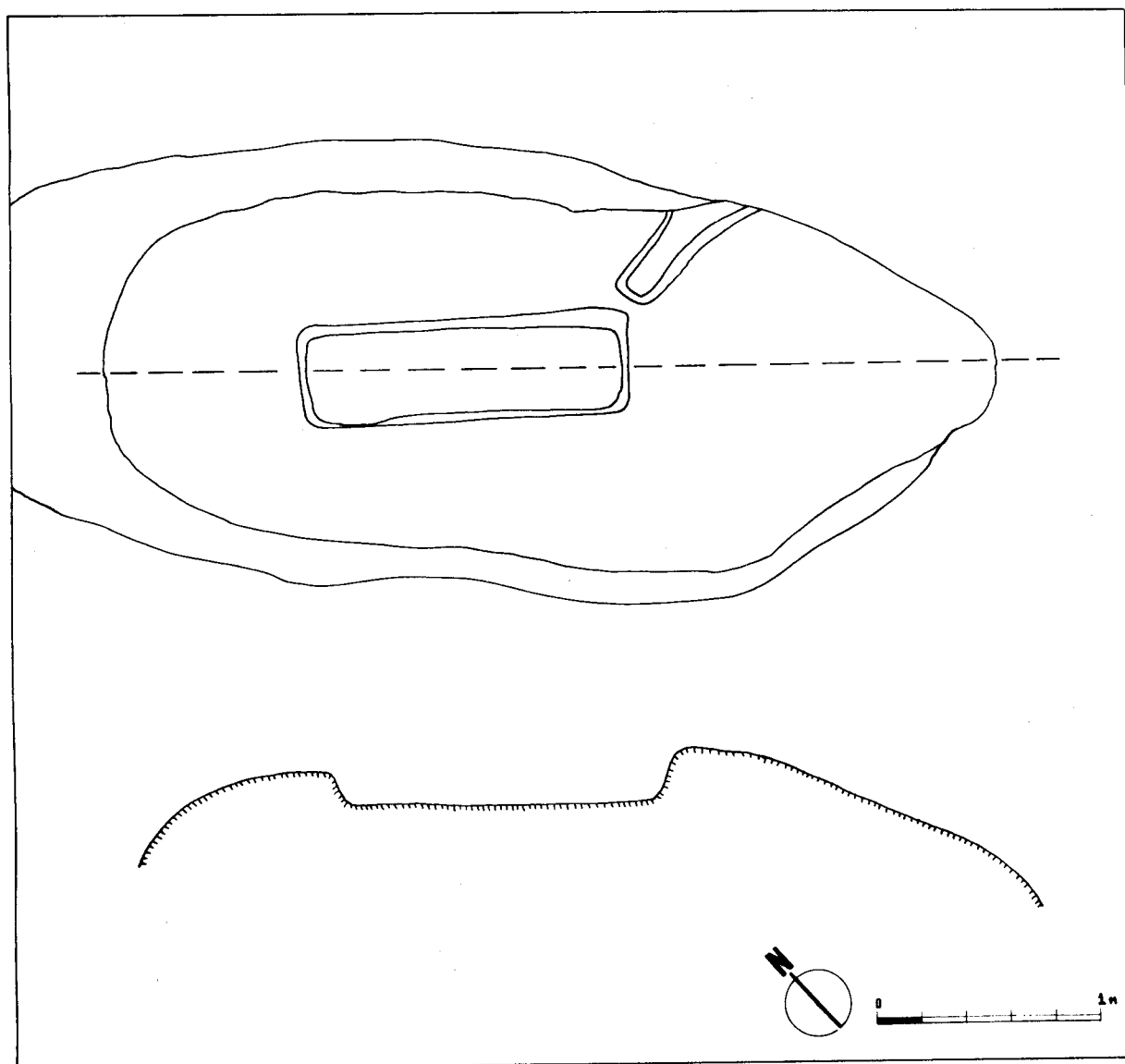


Fig. 14

Mas o número de lagares cavados na rocha, na área de Carlão, não se fica por aqui.

Conhecem-se, pelo menos mais dois, numa vinha situada nas proximidades de Franzilhal e um terceiro no interior da actual povoação de Carlão.

Este cavado numa penedia aplanada, possui dois compartimentos distintos: o destinado ao pisamento das uvas e aquele onde se recolhia o mosto. Do primeiro sabemos que o esmagamento das uvas se fazia através de uma prensa de trave e parafuso pois o sistema ainda se encontra bem visível na parede de uma casa adjacente. Pena é que as mutilações sofridas, seguidas de atulhamento, tenham inviabilizado um estudo mais criterioso e roubado um possível enquadramento cronológico.

Embora os vestígios da época romana se espalhem por toda a área do Castelo e Azinheira, é todavia nesta última que se encontram em maior número, que faz supor ter sido aqui, nos terrenos hoje ocupados por vinhas que se ergueu uma provável “villa” romana (Est. 7.2). Os mais salientes são um maltratado capitel toscano provincial e alguns fustes graníticos com secção próxima do círculo (Est. 12 e Fig. 15) os melhores conservados. À excepção de um que se encontra incorporado na parede que circunda a propriedade onde está o berrão, os demais espalham-se pela Azinheira e, em especial, pelas imediações dos anexos aí existentes.

É também nesta zona que apareceram algumas moedas e tal como Castelo, é vulgar, à superfície, aparecerem desde as tégulas, às mais variadas cerâmicas usadas no período romano.

Nas moedas destacam-se dois denários. Um é de Tibério, o outro é do primo e sucessor de Heliogábalo, Severo Alexandre (222-235) (24). Nas cerâmicas merecem especial menção alguns fragmentos de Drag. 24/25 e 27 de fabrico hispânico inicial e um número razoável de dólios, um dos quais tem gravado, na parte interna do bordo, o nome da LATRONIS (25). Se juntarmos a isto alguns bocados de ânfora e sobretudo muita cerâmica comum de época romana com nítidos sinais de ter servido numa cozinha e a certeza que sob as cepas da Azinheira há restos de muros enterrados, então as probabilidades de ali ter havido uma “villa” romana aumenta significativamente.

*
* *
*

Olhando para o quadro atrás descrito, é indubitável que a ocupação humana do aro alveolar de Carlão remonta, pelo menos, aos primórdios da Idade do Bronze, senão mesmo antes, a ajuizar pelo simbolismo patente em Pala Pinta, menhir e espólio das mámuas da serra da Borneira-Estante, com especial incidência para o vaso tronco-cónico (26). A este mesmo período parece pertencer a ocupação mais antiga do habitat que se instalou na fralda do monte da Senhora da Cunha. Mais recentes parecem ser as ocupações dos castelos da Borneira, Valdemir e Carlão. Os vestígios encontrados à superfície indiciam habitats da Idade do Ferro com um marcante pendor romanizante.

Tal quadro reflecte, no fundo, as condições geomorfológicas do alvéolo e das suas encostas e justifica, em certa medida, toda uma filosofia ocupacional. Senão vejamos.

As ocupações mais remotas e respectivas tumulações espalham-se por um extenso planalto cortado, aqui ali, por linhas de água que alimentam o vale e que está pontiado de fragedos de volumetria variável entre os quais crescem urzes, giestas, fetos, carqueija e espinheiros. À regra somente parece fugir o abrigo de Pala Pinta — hoje rodeado de vinhedos e amendoeiras — que em tempos mais recuados teria uma geografia que não diferiria muito das vertentes não aproveitadas que faceiam as linhas de água e onde, por entre as penedias, cresce uma vegetação rasteira. Em tão agressivo quadro, somente povos norteados para a actividade pastoril e, mais episodicamente, caçadora e recolectora, é que poderia substituir ao longo da crista dos montes e jornear pelas encostas e quebradas que antecedem o vale.

(24) A legenda que ostenta no anverso é a seguinte: IMP C MAVR SEV ALEXAND AVG.

(25) Este nome não é inédito na região do Alto Douro já que se encontra presente numa lápide oriunda do castro de Sabrosa. Cfr: Carlos Ervedosa, Campanha de trabalhos no castro de Sabrosa - 1981, *TAE* XXIV, 1982, 351 e sgs.

(26) O espólio proveniente das antas da Borneira-Estante está na posse da família do Rev. P.º Manuel Alves Plácido.

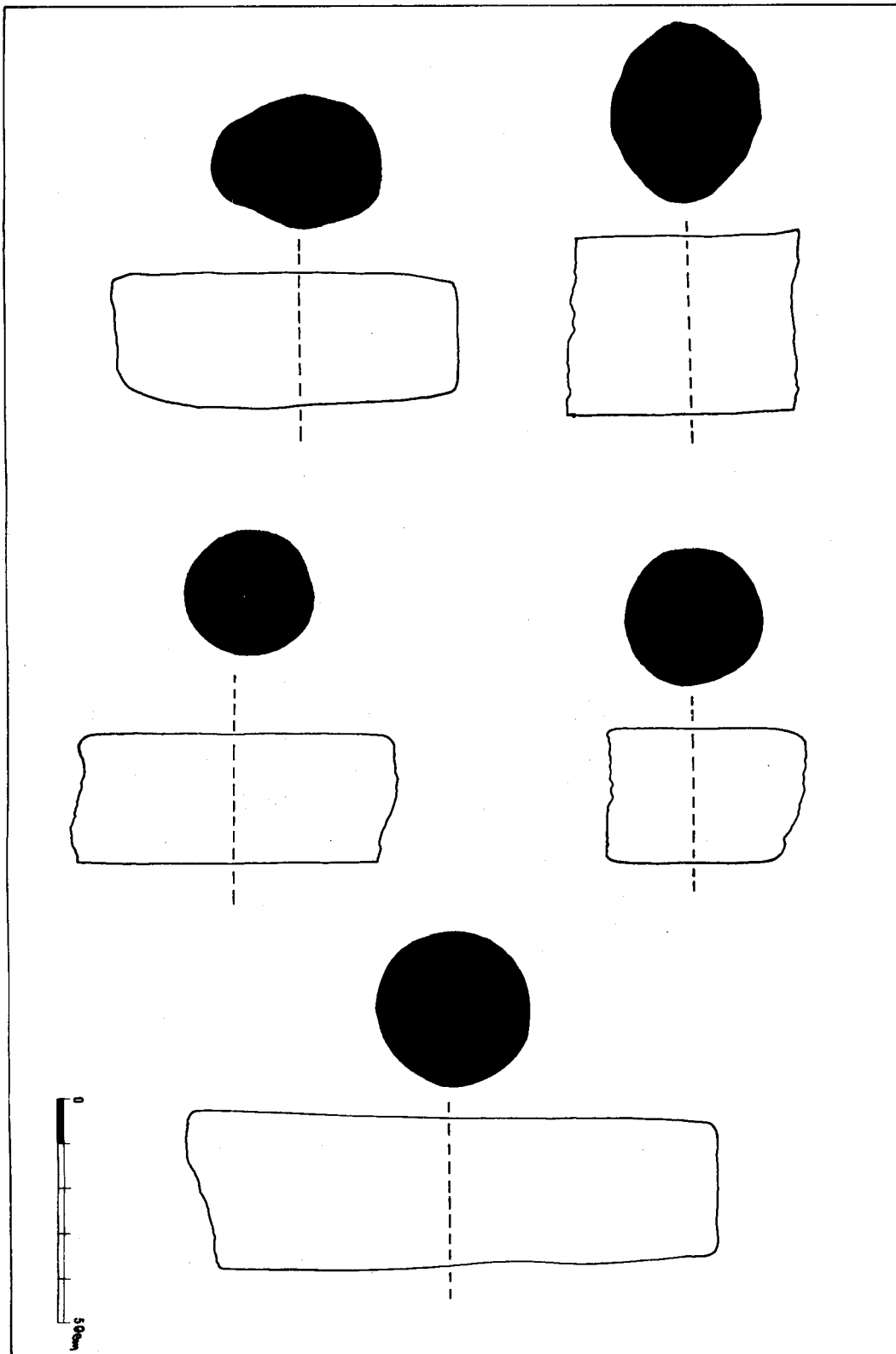


Fig. 15

Será ainda privilegiando este tipo de ocupação, que iremos encontrar os primeiros construtores dos habitats castrejos que, cruzando a serra ou descendo ao vale na esteira dos seus rebanhos, cedo se aperceberam que a valorização do quotidiano familiar passava pelo incremento da componente agrícola, até aí em fase embrionária.

Aproveitando as poucas e fracas terras com aptidão agrícola situadas nas bermas dos seus povoados, estes homens da Idade do Ferro terão arroteado campos do tipo “celtic fields” e maximizado o aproveitamento da bolota, da lande e naturalmente da castanha.

Se neste processo entram os castros que marginam o vale — S^o da Cunha, Borneira e Valdemir — o verdadeiro motor da revolução ambiental que se irá processar no alvéolo de Carlão é, sem dúvida, a povoação posicionada à volta e sobre o Castelo.

Serão os seus primeiros ocupantes fruto de uma cisão operada nos povoados do alto, afinal um fenómeno que tem a ver com o crescimento populacional (27) e a necessidade de se procurar um novo espaço economicamente rentável e não ocupado?

Se verdadeiramente assim aconteceu é coisa que não poderemos firmar por nos faltarem, por ausência de registos arqueológicos estratigrafados, elementos que comprovem certas e determinadas cronologias. Mas, embora tenhamos, para nos apoiar, somente vestígios de superfície, não andaremos muito longe da verdade se apontarmos o séc. I a C. como momento ideal para o arranque do processo que se incrementará à medida que a nova Era avança para a dinastia Flávia. Assim de uma agricultura feita, no dizer de Estrabão e Justino, por mulheres que usavam a enxada para arrotearem os campos onde mais tarde colheriam o trigo, o pãoço e as ervilhas, se avançou a passos largos, por processos de roça e queima (28), para a gradual ocupação do espaço alveolar, deixando para trás um incipiente e pouco produtivo processo agrícola.

Os tempos eram outros e à medida que o processo aculturador avançava e os seus agentes revolucionavam todo o “modus vivendi” anterior, passou-se da enxada para o arado e dos campos de meia encosta às terras ribeirinhas dos cursos de água onde, alguns séculos mais tarde, aí foram encontrar abrigo a batata e o mais.

Se a ocupação do castelo de Carlão é fruto de uma cisão havida em habitats circunvizinhos é coisa que no momento não podemos discutir. Mas pelos dados que possuímos, no decurso da romanização, a dispersão pelo “ager” dos ocupantes dos castros — situação mais que provada em regiões do Entre-Douro-e-Minho - parece não ter tido aqui efeito prático. E neste aspecto os vestígios arqueológicos são bem claros.

É nos próprios habitats ou suas imediações que devemos, à priori, procurar a sintomatologia material da romanização. Restos de ânfora, dólios, cerâmica comum, sigillata, moedas, lagares cavados na rocha, fustes e capitéis, pedras almofadadas, aras, fíbulas, tégula e ímbrex são algumas das respostas que castros como o da Borneira, Valdemir, Ribalonga, Pópulo, Pegarinhos, ou Carlão, só para referir os mais próximos, dão ao investigador que os demanda.

Mas se de um povoamento concentrado, como era o da Idade do Ferro, se não se avançou, tal como no Entre-Douro-e-Minho, para a dispersão habitacional é porque, razões muito poderosas, obstaram à tal concretização.

Ontem como hoje, na montanha, impera a panorâmica envolvente e no seu interior, foram brotando aldeamentos com personalidades bem vincadas e que nasceram com as incertezas ditadas pela geografia e marcadas pelo desfolhar da própria História. Por isso a montanha, o fraguado revoltado e opressivo, o dualismo climático — invernos rigorosos, estios infernais — acabaram por moldar o carácter dos residentes, condicionando-os, convidando-os à concentração e à entre-ajuda vicinal.

Terão sido estes e outros factores que terão retardado o desmantelamento das velhas praças castrejas e obrigado à permanência das suas gentes no interior das muralhas até estádios adiantados da romanização. E

(27) Carlos A. Ferreira de Almeida, O castrejo sob o domínio Romano: sua transformação, *Estudos de Cultura Castrexa e de História Antigua de Galicia*, Santiago de Compostela 1983, 193.

(28) Conhecem-se enxadas provenientes de castros como Mozinho, Máximo ou Santa Luzia. Cfr: Carlos A. Ferreira de Almeida, op. cit. 194; Carlos A. Brochado de Almeida, *Proto-História e Romanização da Bacia Inferior do Lima*, (Estudos Regionais nº especial 7/8) Viana do Castelo, 1990, 315.

exemplos do que acabamos de afirmar não faltam nesta parte do concelho de Alijó. Bastará subir a ladeira do castelo de Pegarinhos (Est. 13.1) ou tranpôr o sistema defensivo o castelo de São Marcos, para se deparar com panos de muralhas onde a técnica romana está bem patente e os fragmentos de cerâmicas indicam grande diacronia romanizante. Panorama análogo poder-se-á observar no castelo da Borneira, em Valdemir e na descida para Murça, no celebrado castelo da Lavandeira .

O castelo de Carlão não podia nem se furtou à regra.

Da terminal fase castreja, bem expressa na cerâmica, sistema defensivo, resquícios de construções com aparelho helicoidal (Est. 5.2) e certamente, nas insculturas onde avulta o berrão, símbolo de um certo totemismo tutelar, passou-se à dinamização do sector mineiro e a intensificação da actividade agrícola, afinal dois vectores da mundivivência romana que motivaram largos sectores da população indígena e fizeram as delícias do fisco romano.

Como os factos se passaram verdadeiramente, só uma intervenção arqueológica o poderá determinar. O que parece certo é a ocupação agrícola do vale se ter feito faseadamente. E mais uma vez são os vestígios arqueológicos que fazem do castelo de Carlão o epicentro de toda a azáfama que, nos séculos seguintes a Augusto/Cláudio, irá virar do avesso uma zona até aí norteada para o pastoreio de cabras e ovelhas e para a criação de animais domésticos entre os quais avultaria o porco.

Tanto quanto sabemos, vestígios garantidamente atribuídos ao mundo romano, somente os encontramos no sítio do Castelo e na sua vizinha Azinheira. Quer isto dizer que são os indígenas castrejos que iniciam, desenvolvem e participam activamente no processo sem todavia, renegarem um passado ancestral.

O que na verdade merece ser realçado é a ocupação do sítio da Azinheira.

As razões que terão levado, certamente um indígena romanizado, a preferir a Azinheira para, num espaço mais amplo e arejado, erguer um novo tipo de habitação, serão obviamente múltiplas mas não se poderão dissociar do realismo económico propagandeado por uma agricultura em crescendo. Ora como o espaço habitacional posicionado em redor do castelo, porque saturado, não respondia satisfatoriamente a novas e exigentes necessidades, acabou, naturalmente, por ser preterido.

Quando a “villa” ou construção similar aqui foi erguida, é coisa que não sabemos. Mas a atentarmos nas sigillatas hispânicas de boa época e na moeda de Tibério, poderemos garantir que a ocupação do sítio remonta, pelo menos, à segunda metade do século I dC.

Poderão é certo estes materiais não provir ainda do edifício que aqui foi erguido num determinado momento da romanização. Poderá o proprietário chamar-se ou não LATRONVS — nome, em bom cursivo, gravado no interior da aba de um dólio — mas dele são certamente o capitel e fustes espalhados pela Azinheira e Castelo. E com ele estarão relacionados, não diremos todos, mas alguns dos lagares disseminados pelo perímetro da actual povoação de Carlão.

Facto insofismável para quem, como nós, que conhecemos os habitats castrejo-romanizados da região e que calcorreamos grandes extensões do actual concelho de Alijó, é a duldade ocupacional que aqui já existe no decurso da época romana. Mais rica e pujante é a dos povoados situados nas imediações do rio Douro, Pinhão, Tua e Tinhela. Mais pobre e dentro do tradicionalismo castrejo, a dos habitats sediados mais longe dos cursos de água e na área de domínio dos granitos.

Uma das razões que pode ser apontada para tal diferenciação, é a que está relacionada com o cultivo da vinha.

Bastará percorrer os perímetros dos castelos de Vilarinho de Cotas ⁽²⁹⁾, Castedo, Casal de Loivos, Cortinhas e Piolho em São Mamede de Riba Tua ⁽³⁰⁾ para se avaliar da presença de inúmeros fragmentos de grandes dólios usados para guardar cereais e muito em especial, o vinho.

⁽²⁹⁾ Ricardo Severo, O Castro de Vilarinho de Cotas. *Portugalia*. II. 1905-1908, 263-269.

⁽³⁰⁾ Qualquer uma destas estações está ocupada ou rodeada de vinha. Da freguesia de S. Mamede de Riba Tua provêm um torques de prata e 44 denários: um é de Tibério os restantes são dos finais da República Romana. Cfr. Rui M. S. Centeno, op. cit., 55 e 81.

Já na época romana, as áreas mais propícias ao seu cultivo e as mais produtivas eram as terras onde impera o xisto, afinal as mesmas que hoje estão na origem do vinho do Porto e dos excelentes vinhos comuns da zona demarcada do Douro.

Mas vinhos de qualidade superior são também produzidos, na actualidade, em zonas como Pegarinhos e Carlão. E tal facto não parece ser somente de hoje.

Na vertente meridional do castelo de Pegarinhos há, bem visíveis, dois lagares cavados nas rochas e um bom número de fragmentos de dólios juncam os terrenos circundantes, hoje transformados em vinhedos, terras de pão e de amendoeiras.

Numa encruzilhada geológica, está o castelo de Carlão. A sua área de implantação, mais o vale que se estende para Nordeste até às abas de Casais da Serra é de formação granítica. Mas na zona de Franzilhal, tal como nas arribas voltadas ao Tua e Tinhela, é o xisto que domina. É este o mundo da oliveira, da amendoeira, da figueira, da laranjeira e, como não podia deixar de ser, das cepas que estão na origem do vinho do Porto ⁽³¹⁾. E pela abundância de lagares existentes entre o Castelo e a Azinheira — mesmo que entre eles haja alguns recentes — facilmente somos levados a concluir que o vinho foi um dos vectores que desde os primeiros séculos da Romanização mais contribuiu para o progressivo desenvolvimento do sector agrícola e bem-estar das populações envolvidas.

A dificuldade está em conseguirmos conjugar cronologicamente todos os dados ao nosso dispor. Há cerca de duas dezenas de lagares, um habitat castrejo bem romanizado, restos de uma mais que provável “villa”, bocados de vasilhame vinário, vários materiais cerâmicos e moedas que garantem uma certa vitalidade económica na segunda metade do século I dC. Mas sem uma intervenção arqueológica bem conduzida e alicerçada na Azinheira e no interior do Castelo não será fácil perceber a dinâmica que conduziu ao aparecimento da mais que provável “villa” e o seu relacionamento com os vizinhos ocupantes do fragedo que enforma o Castelo. Por resolver é capaz de ficar indefinidamente a relação possível entre os lagares e as demais estruturas bem como o direito de propriedade, de utilização e do seu faseamento temporal.

Mas se a intervenção arqueológica poderá responder a muitas das interrogações aqui levantadas dificilmente banirá aquela que, no momento, mais nos preocupa. Quando foi introduzida a vinha no vale do Douro e em que momento da secular história de Carlão o vinho começou a ser um dos seus lídimos embaixadores.

Documentalmente estamos, pode-se afirmar, em complecta escuridão.

A única informação escrita que possuímos para o Norte do Douro é veiculada por Estrabão que menciona os habitantes da montanha como bebedores de zythós ⁽³²⁾ e de vinho. Todavia é ainda baseados no mesmo autor, que sabemos ser o vinho escasso e de consumo rápido nas festas familiares quando logravam arranjá-lo ⁽³³⁾.

O informe de Estrabão serviu para autores conceituados como Schulten, Garcia y Bellido, Caro Baroja, Lomas e Blásquez defenderem o não cultivo da vinha antes da chegada dos Romanos ao Noroeste e opinarem que o vinho consumido provinha de pilhagem e do intercâmbio comercial ⁽³⁴⁾. De sinal oposto são as posições de especialistas consagrados como Balil, Taboada Chivite, M. Pastor e Santos Yanguas que defendem um cultivo, embora limitado ⁽³⁵⁾.

⁽³¹⁾ O vinho do Porto é um vinho licoroso produzido na região demarcada do Douro. A sua graduação alcoólica varia entre os 19,5 e os 21 graus.

⁽³²⁾ É a palavra que Estrabão, *Geografia*, III, 7, emprega ao referir-se à cerveja.

⁽³³⁾ Estrabão, *Geografia* III, 7

⁽³⁴⁾ A. Schulten, *Fontes Hispaniae Antiquae*. VI. Estrabón, *Geografía de Iberia*, Barcelona, 1952; A. Garcia y Bellido, *España y los españoles hacia dos mil años*, Madrid 1945; J. Caro Baroja, *Los Pueblos del Norte de la Península Ibérica*, San Sebastián 1977; F. J. Lomas Salomonte, *Asturia Prerromana y Alto Impérial*, Sevilla 1975; J. M. Blásquez, *Economía de Hispania Romana*, Bilbao, 1978.

⁽³⁵⁾ A. Balil, *Historia Social y Económica*. La España Antigua, Madrid 1975; J. Taboada Chivite, El aspecto agropecuario de la economía castreña, *Homenaje a Garcia y Bellido*, III, Madrid 1977, 71-83; M. Pastor, *Los Astures durante el Império Romano*, Oviedo 1977; N. Santos Yanguas, La economía agropecuaria en la Asturias Castreña y Prerromana, *BIEA* 112, 485-533.

Os argumentos aduzidos por qualquer umas das partes são válidos ou inconsequentes consoante o ponto de vista em que nos coloquemos ou a análise que possamos fazer do texto de Estrabão. E do nosso ponto de vista aquele escritor clássico menciona, muito concretamente, consumo e não produção. Portanto afirmar-se que o cultivo da vinha era inexistente nas zonas setentrionais da Península é, quanto a nós, uma conclusão, não diremos precipitada, mas no mínimo arriscada. É certo que se poderá dizer existirem suficientes testemunhos de ânforas de tipo Dressel I (variante b e c), 2, 3, 4 e 5, Pascual 1 e Benoit Republicana espalhadas pelas estações arqueológicas do Noroeste para se falar em importação de vinho das áreas mediterrânicas⁽³⁶⁾. Mas tal facto não exclui a possibilidade de haver pequenas lavras para consumo local.

Talvez que o melhor argumento que possa ser aduzido em favor desta hipótese seja a de Santos Yanguas que sugere ser o vinho elaborado nos castros⁽³⁷⁾. É pena que o autor não tivesse alicerçado melhor a sua ideia, mas que ela é interessante e possível, lá isso é. Senão que ilações tirar da presença de lagares cavados na rocha no interior de habitações castrejas como o castro de Carmona em Balugães (Barcelos), S. Miguel-o-Anjo em Ázere⁽³⁸⁾ ou bem junto a castros agrícolas como o de Gondomil (Valença)⁽³⁹⁾. Pode-se argumentar que os castros, de um modo geral, foram romanizados e portanto, tais locais, destinados à prensagem das uvas, poderem pertencer já à actual Era. Mas, à falta de argumentação, a dúvida subsiste.

Ora como dificilmente poderemos sair deste impasse resta-nos conjugar os dados arqueológicos e a partir deles, tentar elaborar alguns considerandos.

De todos os sítios de interesse arqueológico do concelho de Alijó, é o castro de Vilarinho de Cotas aquele que mais sólidos argumentos apresenta passíveis de estarem ligados à produção vinícola nos primeiros tempos da romanização.

Situado nas imediações do rio Douro, tem a seus pés a conhecida Quinta do Noval cujo vinhedos, em socalcos, descem até as margens do rio Pinhão. Trata-se de um habitat, muito destruído, mas que foi objecto de uma pequena intervenção nos inícios deste século, dirigida por Ricardo Severo⁽⁴⁰⁾. Do espólio então exumado merece um interesse muito especial a base de uma coluna⁽⁴¹⁾, algumas moedas que vão de Augusto a Constâncio II e cerâmica vária onde sobressai um dólíio, intacto na altura do achado, com uma altura e um diâmetro razoável, vazio mas tampado com o fundo de um outro e que, no dizer daquele investigador, poderia ter contido “ o precioso licor de uva”⁽⁴²⁾.

O outro exemplo está do outro lado do Tua, já no concelho de Carraceda de Ansiães.

Estamos a referirmos à “villa” romana da quinta da Ribeira em Tralhariz. Localizada numa encosta “a cavalleiro do rio Tua e em terreno xistoso” como escreveu Leite de Vasconcelos⁽⁴³⁾, é uma notável estação arqueológica para o estudo da Romanização nesta região do Alto Douro.

Entre o variado espólio na altura recolhido, há assinalar belos mosaicos policromados, capitéis do tipo toscano-provincial, muita tégula e tijoleira, numismas do século IV, pedaços “de grandes vasilhas de barro (bojos, asas, fundos), talvez de dólíium” e terra sigillata⁽⁴⁴⁾ entre as quais Gorges descobriu alguns fragmentos de aretina ou itálica⁽⁴⁵⁾.

⁽³⁶⁾ J. Adolfo Dominguez, *El vino y los pueblos del norte de la Península Ibérica: Aproximación Historico-Arqueológica. El Vi a l'Antiguitat. Economia, Producció i Comerç al Mediterrani Occidental*, 1985, 378 é de opinião que os testemunhos anfóricos são mínimos para verdadeiramente se falar em importação regular, pelo menos no câmbio da Era.

⁽³⁷⁾ Santos Yanguas, N., op cit.

⁽³⁸⁾ F. Alves Pereira, *As lagaretas do castro de S. Miguel-o-Anjo em Ázere. AP XIV*, 1909, 310-314.

⁽³⁹⁾ Carlos A. Brochado de Almeida, Alberto Antunes Abreu, *A Necrópole de Incineração de Gondomil-Valença, Lucerna* 2ª série II, 1987, 187-244.

⁽⁴⁰⁾ Ricardo Severo, op. cit., 263-269.

⁽⁴¹⁾ Genericamente são apelidados de bases muitos capitéis do tipo toscano-provincial. É possível que este se enquadre neste tipo de classificação.

⁽⁴²⁾ Ricardo Severo, op. cit., 265.

⁽⁴³⁾ J. Leite de Vasconcelos, *Estação Romana da Ribeira (Tralhariz). AP V*, 1899-1900, 193-201.

⁽⁴⁴⁾ J. Leite de Vasconcelos, op. cit., 198.

⁽⁴⁵⁾ Jean-Gérard Gorges, *Les Villas Hispano-Romaines*, Paris, 1979, 31, coloca-a mesmo como uma das villas criadas no tempo do primeiro imperador romano.

Aquilo que à primeira vista parecia ser uma típica villa do século IV passa a ter uma ocupação que, pelo menos, remonta à época de Augusto ⁽⁴⁶⁾. E que outros interesses senão “certamente o vinho e bem próprio era o local para isso” ⁽⁴⁷⁾, terão cativado indígenas ou forasteiros, bem no alvor da romanização, a pontos de se instalarem num sítio ermo e agreste como eram e em parte são ainda as vertentes ravinosas do Tua e Tinhela, hoje muito mais amaciadas por séculos de intenso labor humano. E o facto é tanto mais significativo quanto o sítio, ao que parece, não ter uma ocupação anterior, tal como acontecia em Vilarinho de Cotas, Pegarinhos, Valdemir ou Carlão, só para citar os mais evidentes.

Outros argumentos de carácter arqueológico poderíamos respigar entre as muitas ocupações conhecidas do Alto Douro e que falam à saciedade de uma progressiva romanização. É certo que nem todas elas estarão ligadas à produção do vinho mas estamos em crer, que bem cedo este começou a ser fabricado ⁽⁴⁸⁾ nos inúmeros vales e encostas que enxameiam esta região Norte de Portugal.

Produzir vinho implica, necessariamente, conhecer e dominarem-se técnicas de plantio, de fabrico, de armazenamento e de distribuição, mesmo que rudimentares.

Os informes que há, são parcos e maioritariamente contemplam a parte meridional da Península Ibérica. Por exemplo, Varrão que aqui viveu alguns anos, escrevia que as vides cresciam sem apoios ⁽⁴⁹⁾ e Columela fala em videiras de segunda qualidade entre as quais distingue a “coccolubis” ⁽⁵⁰⁾. Este mesmo autor dedica algumas linhas aos cuidados que os vinicultores hispânicos — não especifica onde — punham no plantio e no tratamento das vides. Segundo ele e também Plínio, as vides eram plantadas na Primavera e o terreno arado antes do Inverno para as chuvas, ao chegarem, se infiltrarem até às raízes. Por outro lado regavam-nas quando as agruras estivais a isso obrigavam. A vindima, pelo menos na Bética, fazia-se em finais de Agosto ⁽⁵¹⁾.

O fabrico do vinho obrigava ao conhecimento das várias fases da vinificação entre as quais avultava a prensagem. E para isso eram precisos os lagares, maiores ou menores, simples ou complicados, com ou sem prensa.

Os lagares romanos que usavam a prensa como meio de espremer as uvas, eram semelhantes aos antigos lagares portugueses ainda presentes em algumas adegas nortenhas e que o Apocalipse de Lorrão tão bem documenta.

Mas, mais do que a documentação escrita, é a arqueologia que permite analisar toda uma série de lagares que fizeram as delícias dos vinicultores de época romana e seus descendentes. Exemplos atribuídos ao Baixo Império documentam-se nas villas de L'Aumedina ⁽⁵²⁾, Sentromã ⁽⁵³⁾, Can Bosch de Basea Barcelona), La Cocosa (Badajoz), Liédena (Navarra), Manguarra ou San José Málaga) ⁽⁵⁴⁾ e é possível que uma villa como a de Tralhariz, um dia que seja devidamente escavada, mostre não só os lagares, mas também outras infra-estruturas relacionadas com a actividade agrícola e vinícola.

Em face dos exemplos de Tralhariz e de Carlão não nos parece que tenha razão Blázquez quando afirma serem as “villae” da Callaecia destinadas ao cultivo de cereais, estando, por isso mesmo, ausentes a

⁽⁴⁶⁾ Jean-Gérard Gorges, op. cit., 198.

⁽⁴⁷⁾ J. Leite de Vasconcelos, op. cit., 198.

⁽⁴⁸⁾ Segundo Ricard I Pascual Guasch, El Desenvolupament de la Viticultura a Catalunya, *El Vi a l'Antiguitat, Economia, Producció i Comerç al Mediterrani Occidental*, Badalona 1985, 123-126, o plantio de vinha terá acontecido progressivamente na Catalunha. O panorama não terá sido diferente nas demais regiões da Península Ibérica.

⁽⁴⁹⁾ Varrão, *Re Rust.* I, 8, 1; I, 14, 4.

⁽⁵⁰⁾ Columela, *De Agric.* III, 2, 19.

⁽⁵¹⁾ Columela, *De Agric.* IV, 14, 2; XI, 2, 59. Plínio, *Nat. Hist.* XVII, 166, 170, 240.

⁽⁵²⁾ Ramón Pallarès, Francesc Gràcia, Glòria Munilla, El Desarrollo del comercio del vino en el curso inferior del Ebro entre los siglos IV a.C. y III d.C. *El Vi a l'Antiguitat, Economia, Producció i Comerç al Mediterrani Occidental*, Badalona 1985, 17-31.

⁽⁵³⁾ Josep M. Gurt, Frederic Ferrando, La Villa de Sentromà (Tiana) i el Conreu de la Vinya. Valoració Aproximativa a la vista de les restes arqueològiques conservades, *El Vi a l'Antiguitat, Economia, Producció i Comerç al Mediterrani Occidental*, 1985 189-198.

⁽⁵⁴⁾ Olga Giralt, El Conreu de la Vinya a la Hispània Romana, *El Vi a l'Antiguitat, Comercio, Producció i Comerç al Mediterrani Occidental*, 1985, 118-122.

videira e a oliveira ⁽⁵⁵⁾. Quando a esta última admitimos que a sua introdução, no cômputo geral da Gallaecia, possa ser posterior, mas não nos podemos esquecer que o Alto Douro tem um clima propício ao seu desenvolvimento. O vinho, mesmo que produzido somente para consumo local e mesmo regional, foi sem dúvida, um dos motores do faseado aproveitamento das ravinas durienses, desde os alvares da romanização embora o auge possa ter acontecido somente no decurso do Baixo Império. E a comprová-lo estaria, por exemplo, a estela de Vigo onde um defunto leva um ramo de videira ⁽⁵⁶⁾, gesto simbólico na perspectiva de Blázquez ⁽⁵⁷⁾, mas que na nossa óptica, será algo mais.

Do Baixo Império é provavelmente o capitel de tipo toscano-provincial e os vários fustes aparecidos na Azinheira. No fundo são semelhantes aos de Tralhariz ⁽⁵⁸⁾, aos do vale de Lima ou de Tarouquela.

Se excluíssemos o vinho e o azeite ao Noroeste Peninsular, que solução dariam os arqueólogos aos imensos fragmentos de dolia que a esmo aparecem nas estações arqueológicas e em especial, naquelas onde os sintomas de romanização são mais vinculados?

O armazenamento de cereais poderia ser uma das explicações, muito em particular, para aquelas que se situassem em zonas de agricultura fácil e rentável. Ora quem conhece o Alto Douro sabe que somente produtos de cariz mediterrâneo — vinha, oliveira, amendoeira, figueira, etc. — podem realmente sobreviver numa região de tão violentas assimetrias geo-climáticas. Semear, com sucesso cereais de pragana, nas encostas ravinosas da região, seria para qualquer agricultor consciente, um puro acto de loucura.

Se excluirmos o vasilhame de madeira - certamente não usado pelas populações do Noroeste, mas que os romanos já bem conheciam ⁽⁵⁹⁾ — ficam-nos os dolia de Tralhariz, Vilarinho de Cotas, Castedo, Cortinhas (S. Mamede de Riba Tua) e Carlão. Estes, a ajuizar pelos vestígios, eram os recipientes mais em voga numa "cella" vinaria romana que, consoante referia Vitruvius, deveria ser subterrânea para que o vinho se conservasse fresco ⁽⁶⁰⁾, ao abrigo da humidade e dos maus cheiros.

Para que o vinho se conservasse, os dolia eram revestidos interiormente de pez ⁽⁶¹⁾, tapados e semi-enterrados. Tal princípio foi seguido, com ligeiras alterações, nas adegas posteriores (Est. 13.2), sendo disso fiel exemplo as clássicas adegas alentejanas ⁽⁶²⁾ das quais ainda resta, em funcionamento, uma ou outra para a satisfação de todos aqueles que se não deixam facilmente embalar nas miríades de um qualquer enfabulado modernismo.

AGRADECIMENTO

Agradecemos ao Dr. António Cunha Leal a elaboração dos desenhos que acompanham este artigo e a toda a equipa que nesse ano nos acompanhou na investigação efectuada no concelho de Alijó, em especial nas freguesias de Carlão e Pegarinhos. Os agradecimentos são igualmente extensivos à Câmara Municipal de Alijó, nomeadamente ao seu Presidente, que tudo fez para que o nosso trabalho fosse coroado de êxito.

⁽⁵⁵⁾ J. M. Blázquez, op cit. 589.

⁽⁵⁶⁾ J. M. Blázquez, op. cit. 591.

⁽⁵⁷⁾ J. Leite de Vasconcelos. op. cit.

⁽⁵⁸⁾ Carlos A. Brochado de Almeida, A Villa Romana de Passos-Tarouquela, RFLUPH XI (no prelo); Carlos A. Brochado de Almeida, *Proto-História e Romanização...*

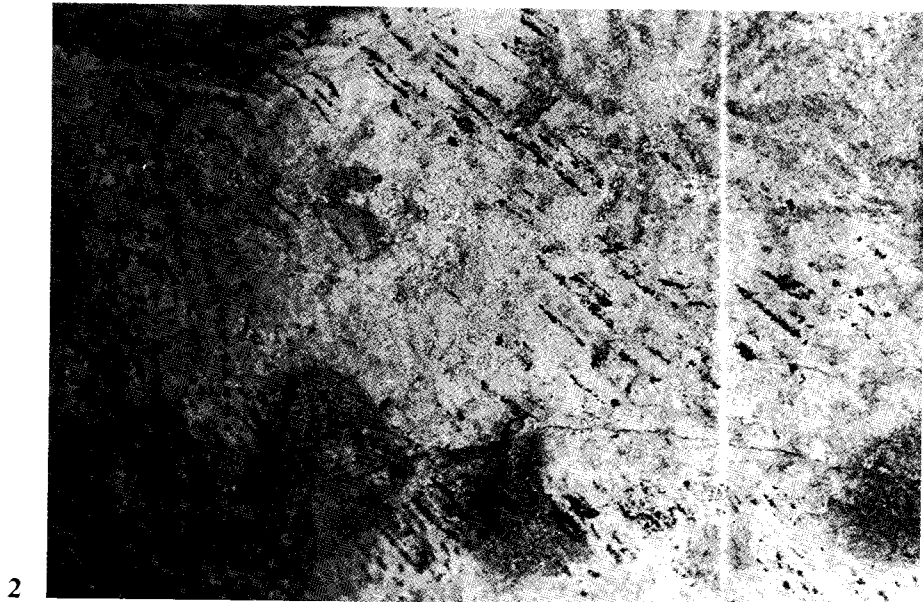
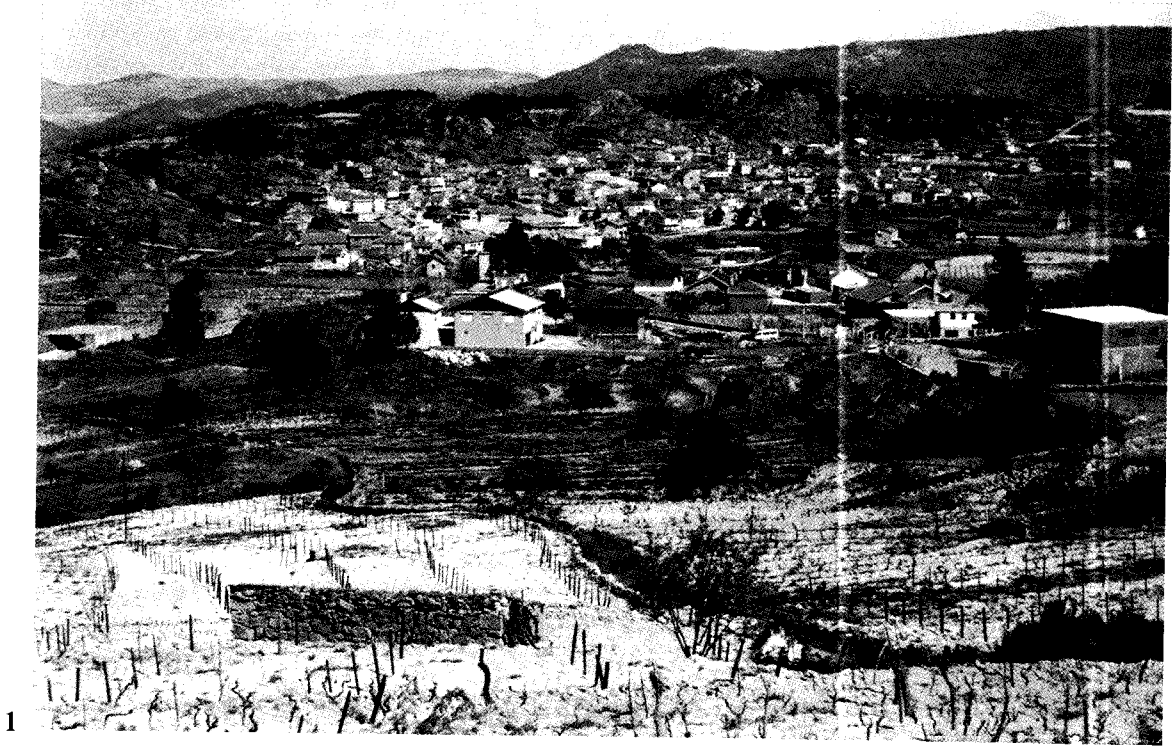
⁽⁵⁹⁾ Varrão, *Re Rust.*, I, 14, 4. É também este autor quem afirma rebentarem os tonéis no período de fermentação. Representações de pipas aparecem numa lápide sepulcral de Mérida e num baixo-relevo de Langres (Norte de França). Cfr. respectivamente Martin Almagro, *Guia de Mérida*, 7ª edição, Madrid 1977 e K. D. White, *Greek and Roman Technology*, London 1984.

⁽⁶⁰⁾ Adegas deste tipo e sinais de dolia com pez estão sobejamente documentados, entre outras, nas villas romanas de Centelles e em Liedna. Cfr. J. M. Blázquez, op. cit., 549.

⁽⁶¹⁾ Plínio, *Nat. Hist.*, XIV, 127. Para este autor os dolia deveriam ser interiormente calefetados com resina.

⁽⁶²⁾ Ramiro Mourão, *Do Vasilhame Vinário*, (Sep. dos *Cadernos do Instituto do Vinho do Porto*), 1943, 15.

EST. 1



EST. 2

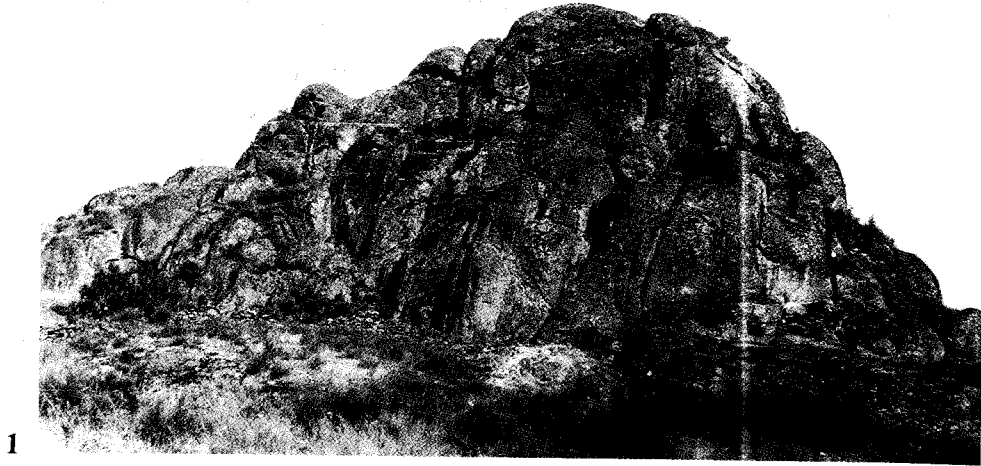


1

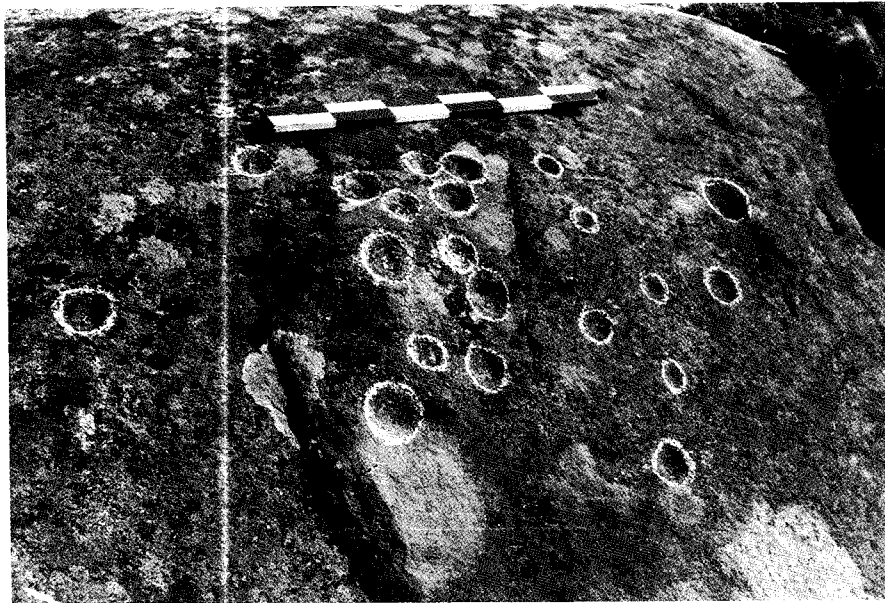


2

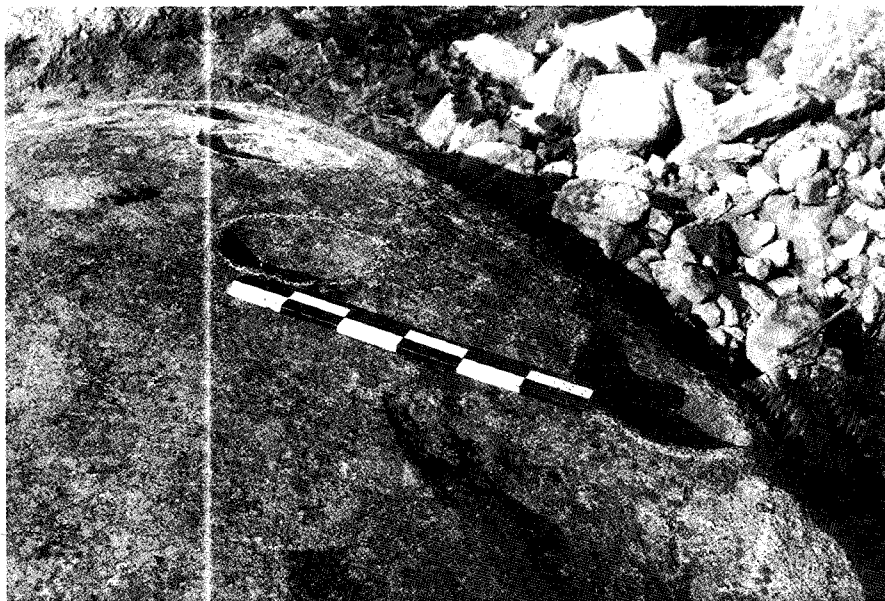
EST. 3



EST. 4

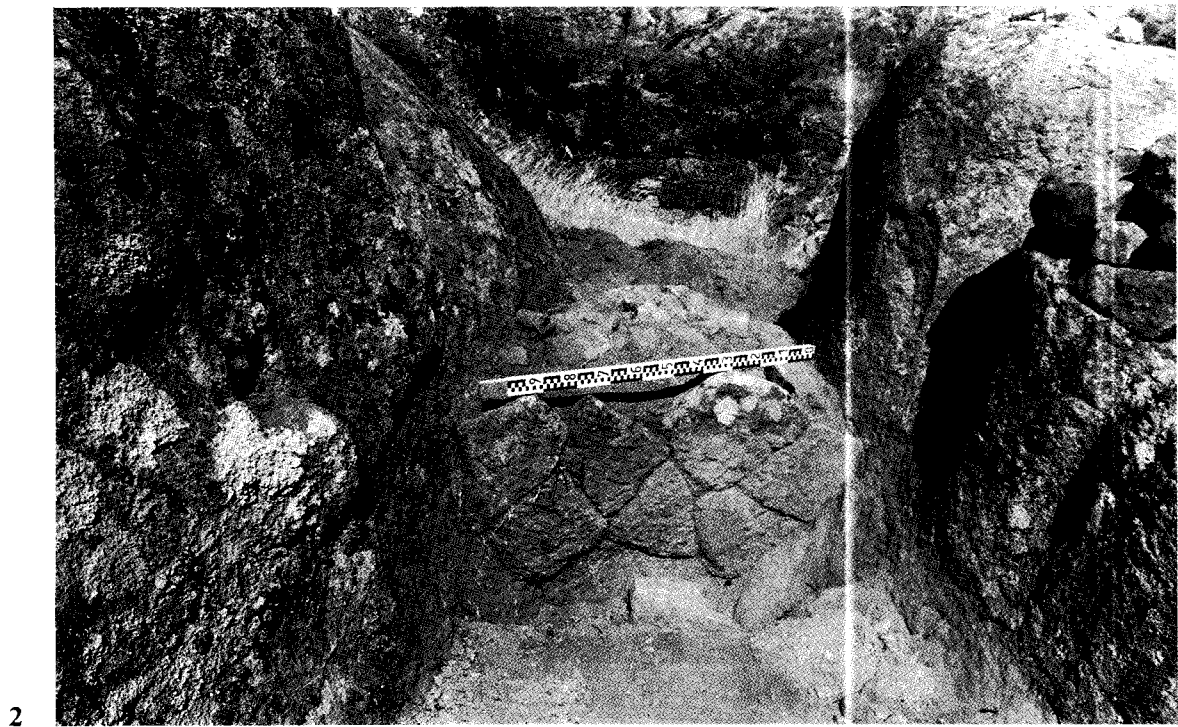


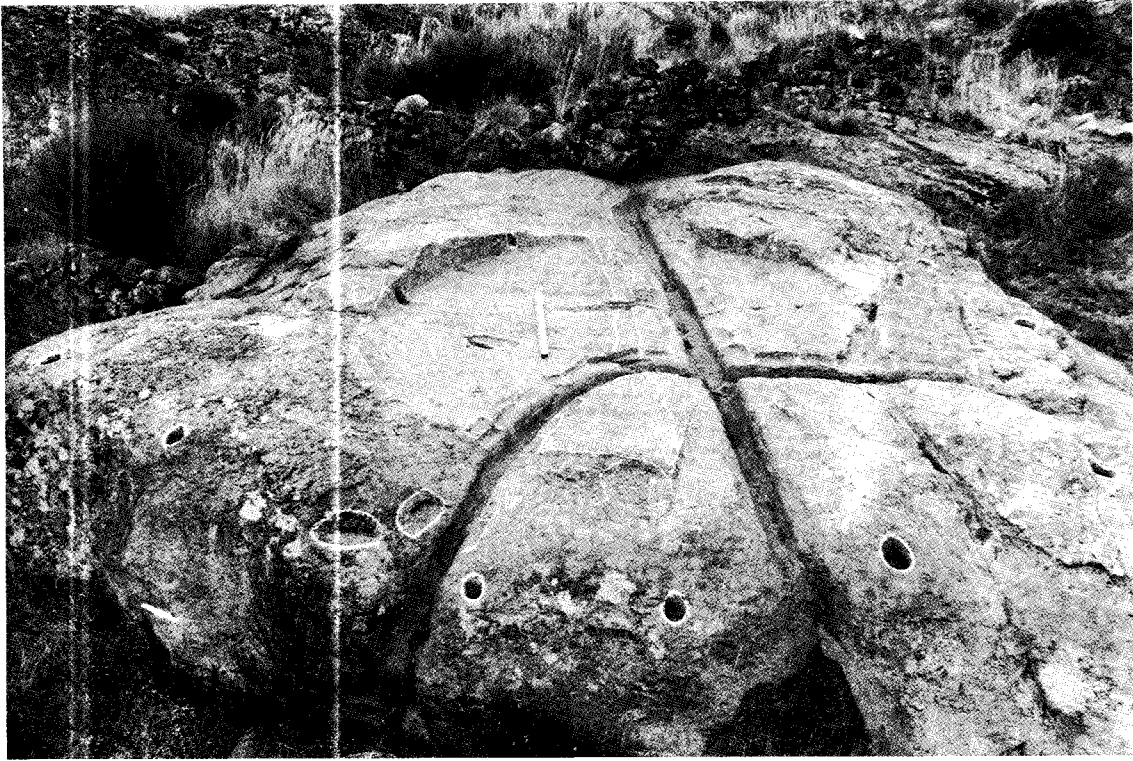
1



2

EST. 5



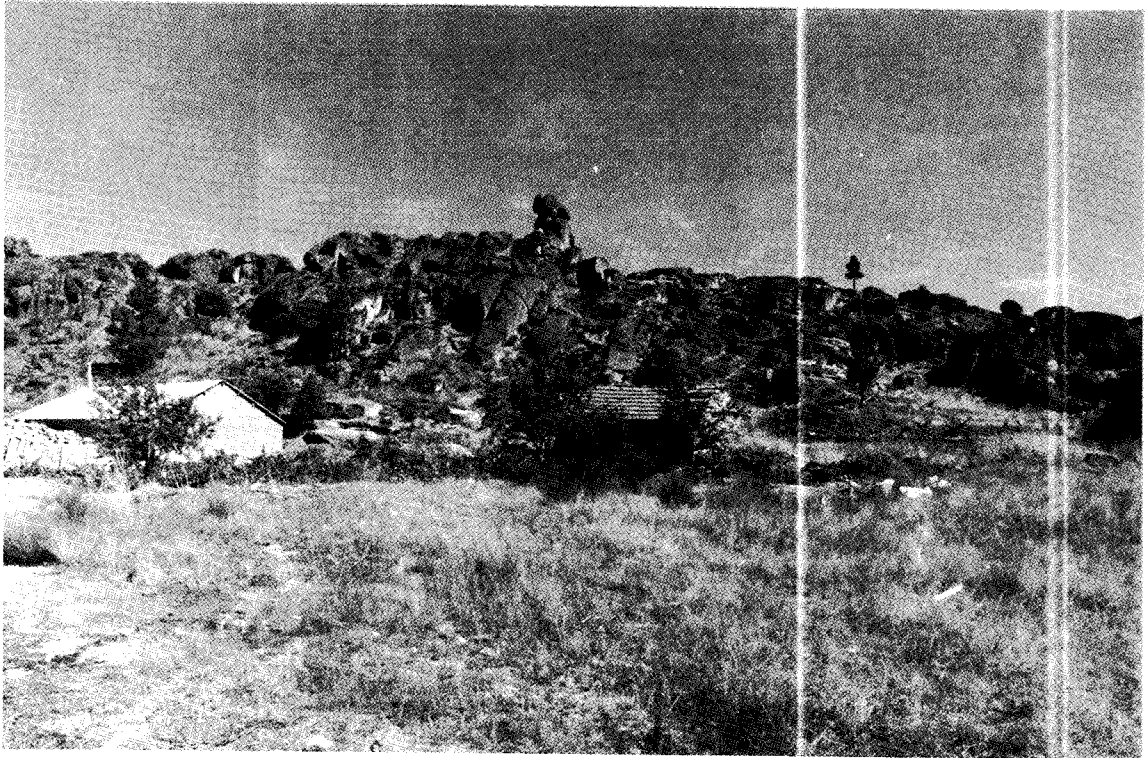


1

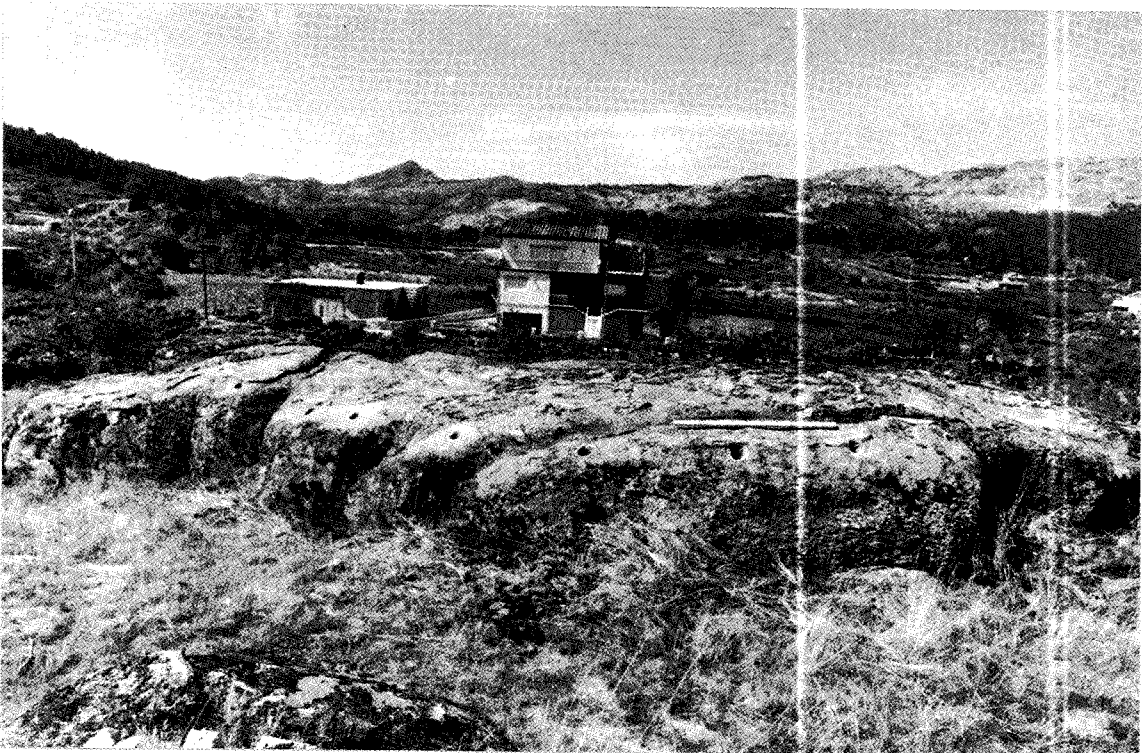


2

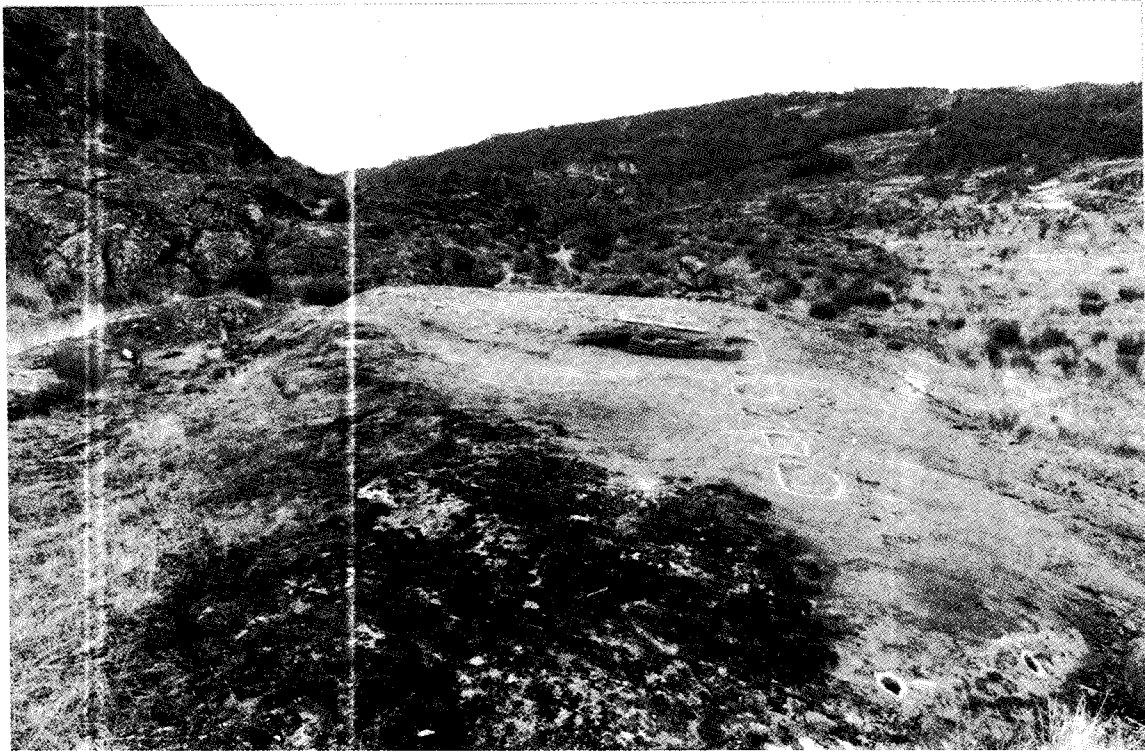
EST. 7



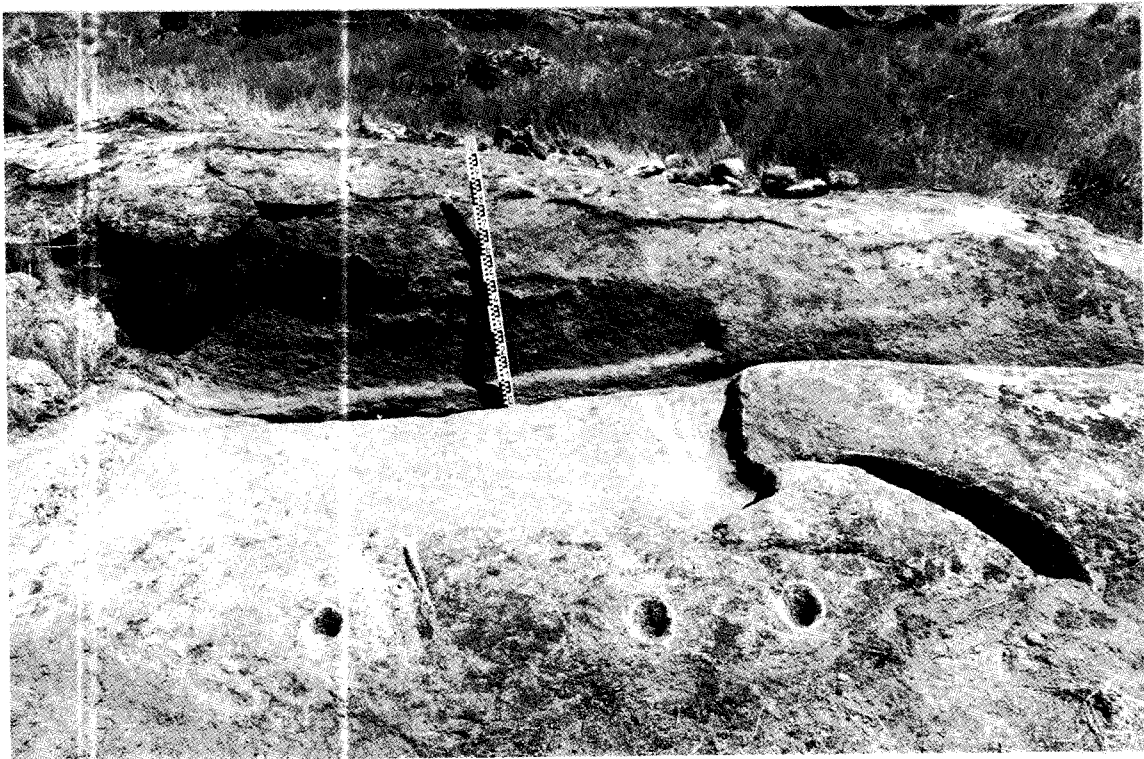
1



2

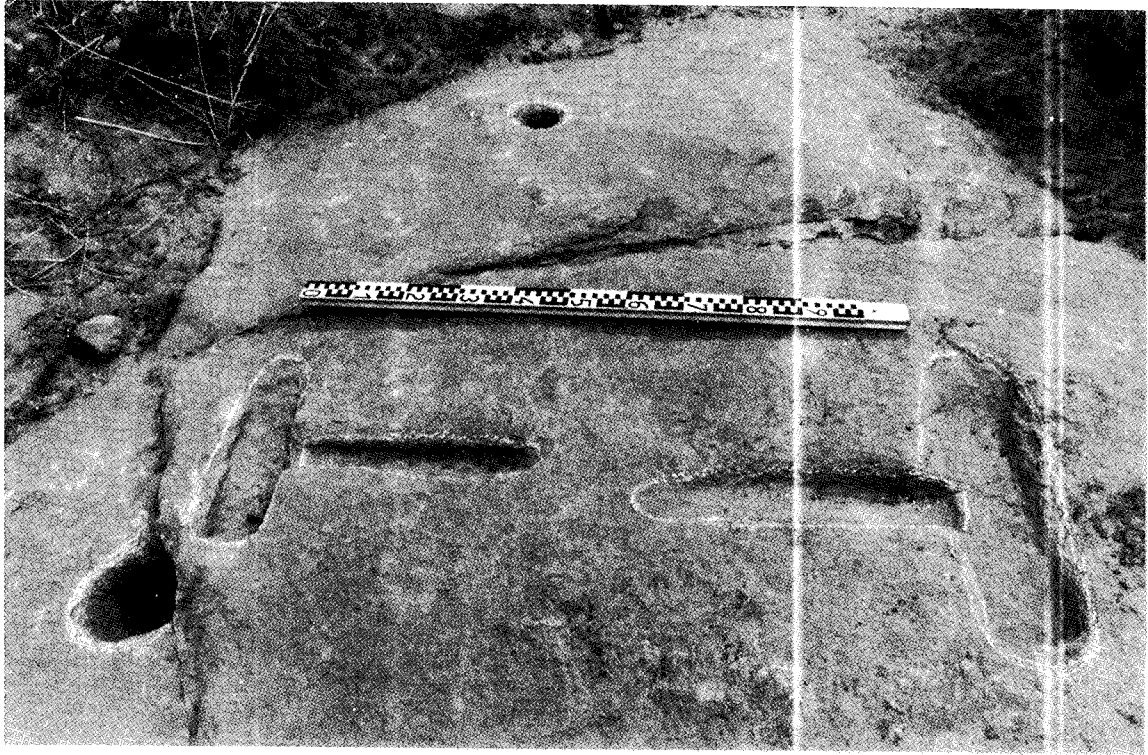


1

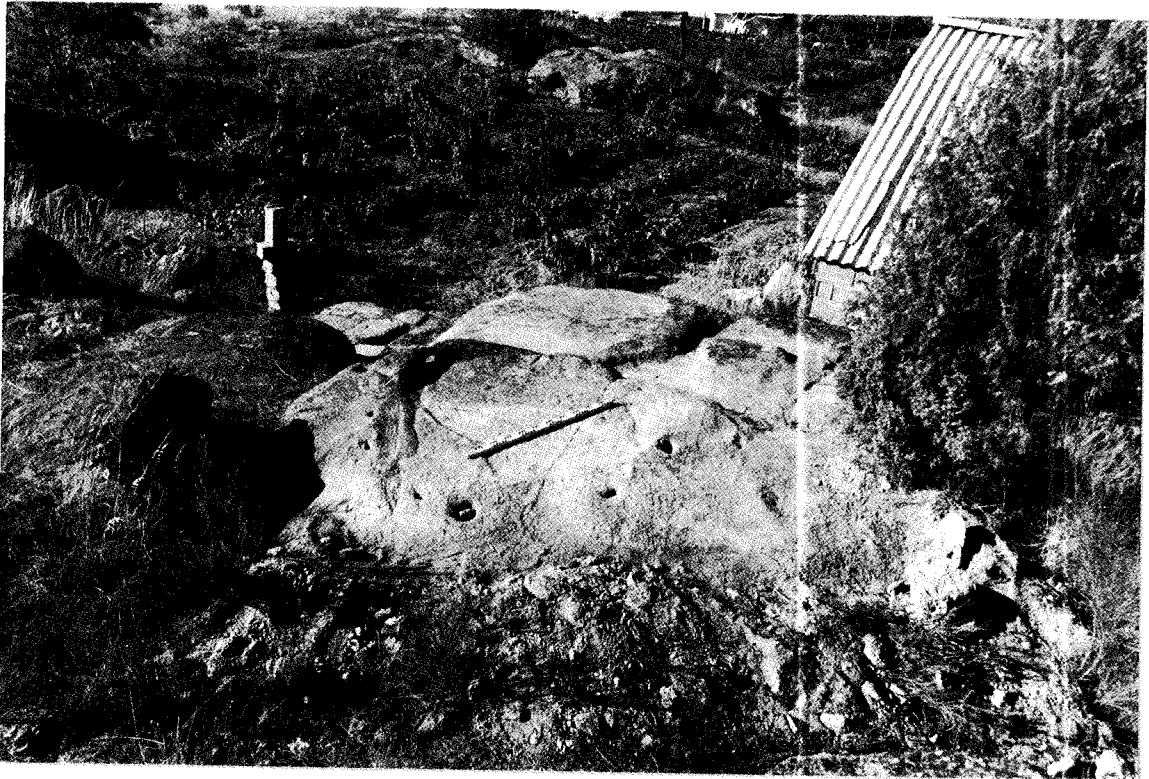


2

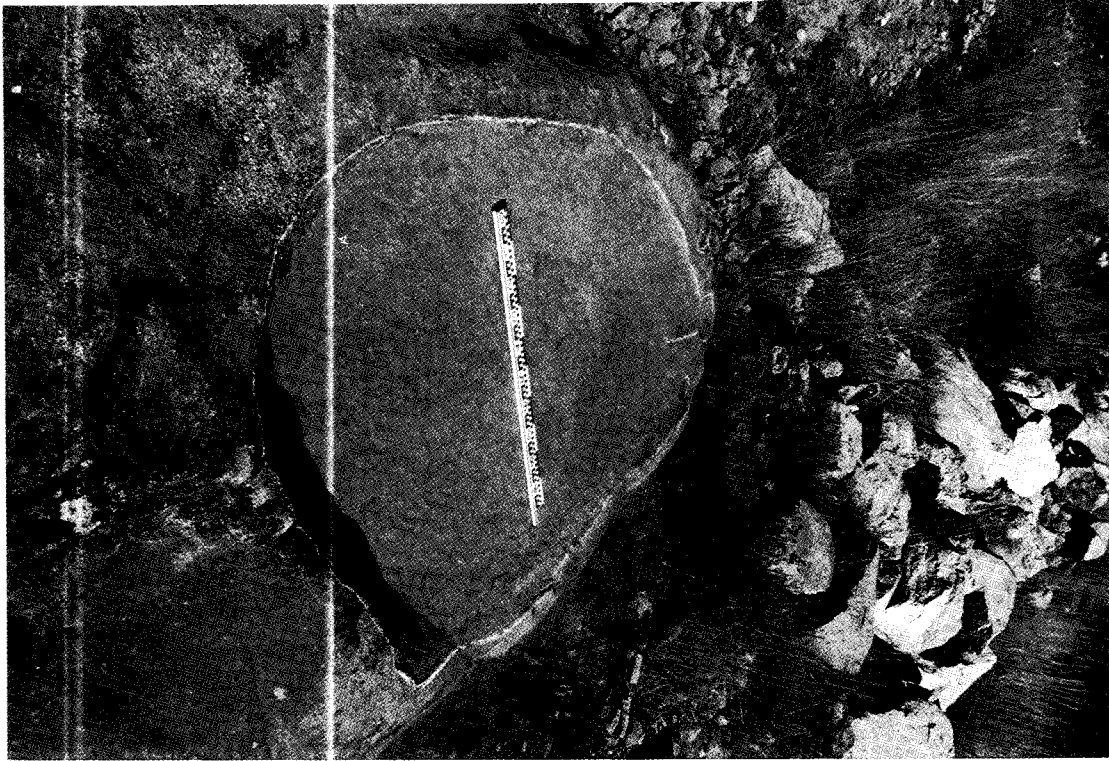
EST. 9



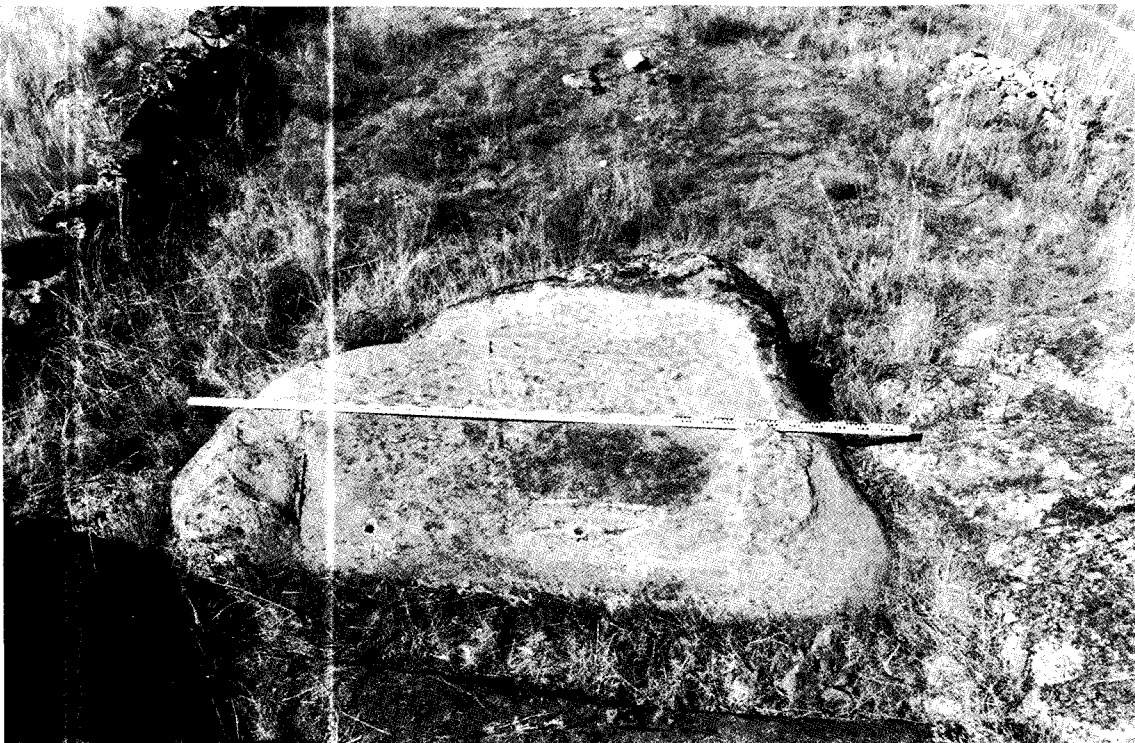
1



2

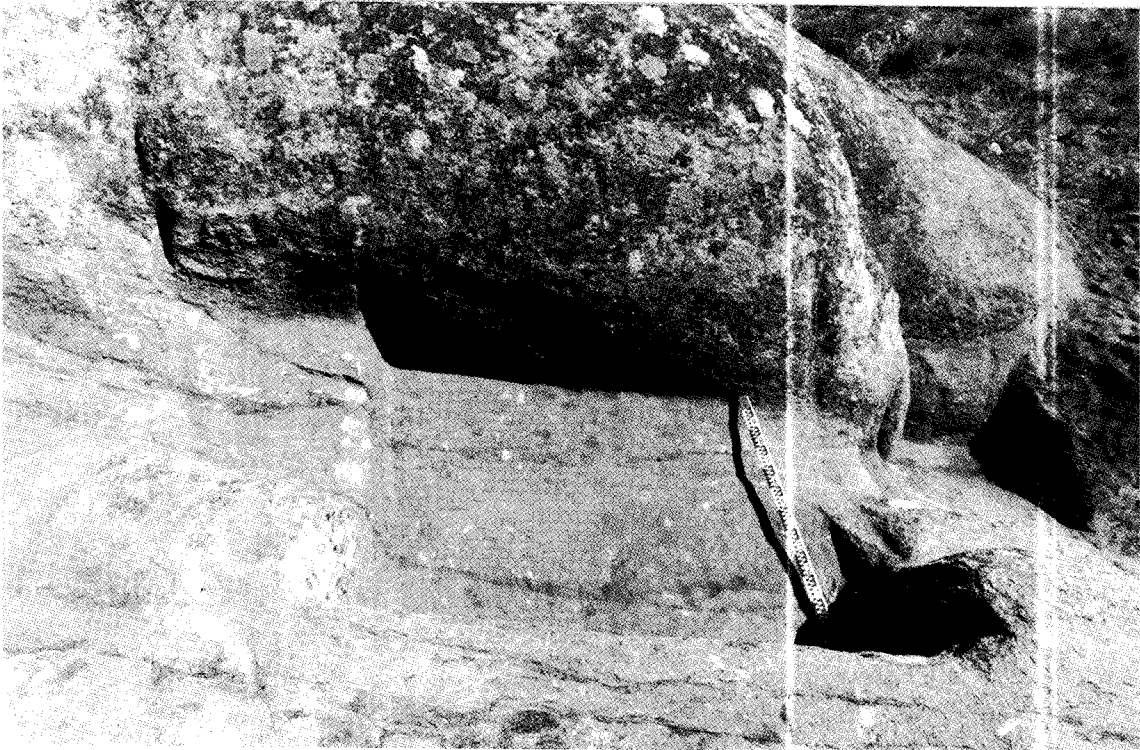


1

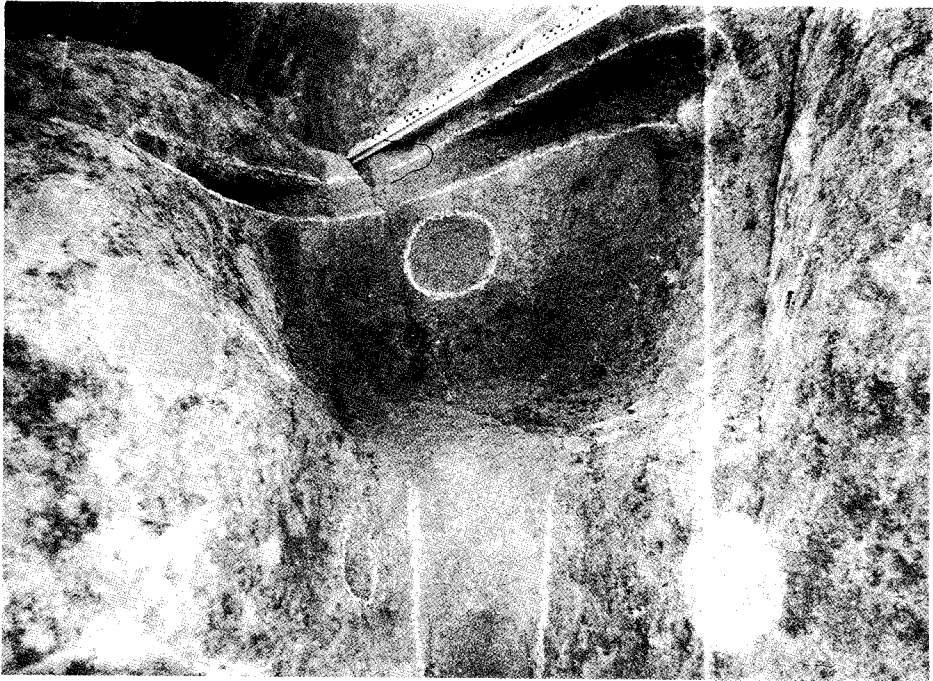


2

EST. 11



1



2



1



2

EST. 13

